



MUNICÍPIO DE PORTO XAVIER

**Relatório Circunstanciado
da Situação
Econômico - Financeira**
Exercício de 2014

Março/2015

MENSAGEM AO TRIBUNAL DE CONTAS



1. Obedecendo à Resolução nº 962/2012, que dispõe sobre os documentos que deverão ser entregues ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, até o dia 31 de março do exercício subsequente, para exame em processos de contas de governo, temos a satisfação de apresentar a Vossa Senhoria o Relatório Circunstanciado da Situação Econômico-Financeira relativo ao exercício financeiro de 2014.

2. Os dados foram extraídos majoritariamente do software Gestão Pública Integrada, assim como do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2012, 2013 e 2014, e ainda, do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2012, 2013 e 2014.

3. Neste relatório é apresentado o desempenho das receitas e despesas municipais no exercício de 2014, sobre dois enfoques, o primeiro em relação as metas da Lei Orçamentária Anual para 2014, e o segundo no comparativo com sua evolução em relação a exercícios anteriores. Além disso são apresentados o Resultado Primário, Nominal, os gastos com Saúde e Educação, com Pessoal, os Restos a Pagar e a Receita Corrente Líquida.

Respeitosamente,

PREFEITO MUNICIPAL
Paulo Sommer

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA
Silvio Luis Vietmeier

CONTADOR MUNICIPAL
Claiton Rafael Morais Hettwer



SUMÁRIO

Mensagem Ao Tribunal De Contas -----	2
Receitas Do Tesouro Municipal-----	6
Análise Horizontal-----	6
Análise Vertical -----	17
Despesas Do Tesouro Municipal -----	21
Análise Horizontal-----	21
Análise Vertical -----	26
Resultado Nominal-----	29
Despesas Com Ações E Serviços Públicos Em Saúde (ASPS)-----	30
Despesas Com Manutenção E Desenvolvimento (MDE) -----	31
Restos A Pagar -----	35
Exercício De 2013 E Anteriores -----	35
Exercício De 2014-----	35
Receita Corrente Líquida E Despesas Com Pessoal -----	37
Resultado Previdenciário-----	39
Parecer Final -----	41

LISTA DE QUADROS



Quadro 1- Receitas De 2014 (Meta X Arrecadação)	7
Quadro 2 - Receitas Arrecadadas (2013 X 2014).....	7
Quadro 3- Receitas Tributárias Arrecadadas (2013 X 2014).....	8
Quadro 4 - Receitas Tributárias 2014 (Meta X Arrecadação).....	9
Quadro 5 - Transferências Correntes (Meta X Arrecadação)	11
Quadro 6 - Transferências Correntes Arrecadadas (2013 X 2014)	12
Quadro 7 - Dívida Ativa 2014 (Meta X Arrecadação).....	14
Quadro 8 - Composição Da Dívida Ativa (2010 - 2014).....	15
Quadro 9 - Despesas 2014 (Meta X Execução)	21
Quadro 10 - Despesas Empenhadas (2013 X 2014)	22
Quadro 11 - Receitas Primárias 2014 (Meta X Arrecadação)	27
Quadro 12 - Despesas Primárias 2014 (Meta X Execução)	28
Quadro 13 - Resultado Nominal 2014.....	29
Quadro 14 - Despesas Com Asps (2012 - 2014).....	30
Quadro 15 - Gastos Com Mde (2014).....	31
Quadro 16 - Gastos Do Fundeb (2014)	31
Quadro 17 - Evolução Dos Gastos Com Mde (2012 - 2014)	32
Quadro 18 - Restos A Pagar De 2013 E Anos Anteriores	35
Quadro 19 - Saldo Dos Restos Em 31/12/2014.....	36



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução Percentual Das Receitas Tributárias	8
Gráfico 2 - Evolução Das Receitas Tributárias (2010 - 2014)	9
Gráfico 3 - Receita Patrimonial 2014 (Meta X Arrecadação)	10
Gráfico 4 - Evolução Do Cifpm (2004 - 2014)	13
Gráfico 5 - Evolução Coeficiente De Participação No Icms (2004 - 2014)	14
Gráfico 6 - Estoque Da Dívida Ativa	15
Gráfico 7 - Perfil Receitas 2014	17
Gráfico 8 - Perfil Receitas 2013	17
Gráfico 9 - Perfil Das Receitas Por Origem (2013)	17
Gráfico 10 - Perfil Das Receitas Por Origem (2014)	18
Gráfico 11 - Perfil Receitas Tributárias (2014)	19
Gráfico 12 - Perfil Receitas Tributárias (2013)	19
Gráfico 13 - Perfil Das Transferências Correntes (2014)	19
Gráfico 14 - Perfil Das Receitas De Capital (2014)	20
Gráfico 15 - Evolução Gastos Com Pessoal (2012 - 2014)	23
Gráfico 16 - Evolução Dos Juros Da Dívida Pública (2012 - 2014)	23
Gráfico 17 - Evolução Das Outras Despesas Correntes (2012 - 2014)	24
Gráfico 18 - Evolução Dos Investimentos (2012 - 2014)	24
Gráfico 19 - Evolução Das Inversões Financeiras (2012 - 2014)	25
Gráfico 20 - Evolução Da Amortização Da Dívida Pública (2012 - 2014)	25
Gráfico 21 - Perfil Das Despesas Por Categoria Econômica (2014)	26
Gráfico 22 - Perfil Das Despesas Por Grupo De Natureza (2014)	26
Gráfico 23 - Financ. Saúde Por Esfera (2014)	30
Gráfico 24 - Financ. Saúde Por Esfera (2013)	30
Gráfico 25- Educação Financ. Por Esfera (2013)	32
Gráfico 26 - Educação Financ. Por Esfera (2014)	32
Gráfico 27 - Evolução Das Matrículas (2006 - 2014)	33
Gráfico 28 - Matrículas Educação Infantil E Fundamental (2006 - 2014)	33
Gráfico 29 - Perfil Das Matrículas (2006)	34
Gráfico 30 - Perfil Das Matrículas (2014)	34
Gráfico 31 - Crescimento/Decréscimo Da Rcl E Dcp (2005 - 2014)	37
Gráfico 32 - Rcl E Dcp (2004 - 2014)	38
Gráfico 33 - Evolução Do Índice De Dcp (2004 - 2014)	38
Gráfico 34 - Evolução Das Receitas Previdenciárias (2012 - 2014)	39
Gráfico 35 - Evolução Das Principais Despesas Previdenciárias (2012 - 2014)	40



RECEITAS DO TESOURO MUNICIPAL

As receitas públicas representam todos os ingressos de dinheiro no cofres municipais, sendo classificadas em receitas orçamentárias e ingressos extraorçamentárias.

As receitas orçamentárias representam recursos disponíveis para aplicação em políticas públicas, enquanto que os ingressos extraorçamentárias representam apenas entradas compensatórias.

Nesta seção será apresentada a variação das receitas sobre duas perspectivas.

Na primeira, será demonstrada a arrecadação da receita em relação a previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 e em relação a arrecadação de exercícios anteriores utilizando-se do método denominado Análise Horizontal.

Na segunda, através da Análise Vertical, será apurada a participação individual de cada receita perante o total arrecadado.

Sobre este prisma, busca-se demonstrar que mesmo que uma receita não tenha atingido sua meta orçamentária, não significa que seu desempenho não tenha sido positivo quando comparado ao exercício anterior, apesar de que isso, por outro lado, impacte nos gastos fixados na LOA.

***A receita total
arrecadada em 2014
atingiu R\$ 25,7 milhões,
superando os R\$ 25,2
milhões arrecadados em
2013, apresentando
crescimento nominal de
apenas 2% (R\$ 503 mil).***

RECEITAS DO TESOURO MUNICIPAL ANÁLISE HORIZONTAL

As receitas totais arrecadadas apresentaram um déficit de 14% em relação a meta da LOA 2014, influenciadas pela frustração na arrecadação das receitas correntes em R\$ 4,2 milhões (15%).

Tal desempenho negativo foi absorvido em apenas 5% (R\$ 232 mil) pela arrecadação acima da previsão orçamentária das Receitas de Capital.

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total arrecadada em 2014 atingiu R\$ 25,7 milhões, superando os R\$ 25,2 milhões arrecadados em 2013, apresentando crescimento nominal de apenas 2% (R\$ 503 mil).

O desempenho abaixo do esperado das Receitas Correntes, concentrou-se basicamente no comportamento das Receitas Tributárias, Patrimoniais e nas Transferências Correntes, cujos déficits em relação a meta foram de R\$ 885 mil (39%), R\$ 1,2 milhões (52%) e R\$ 1,9 milhões (10%), respectivamente.

As Receitas Correntes que apresentaram desempenho superior a meta foram as Receitas de Serviços e Outras Receitas Correntes, cujos excessos de arrecadação foram de R\$ 36 mil (33%) e R\$ R\$ 192 mil(36%).



As Receitas de Capital obtiveram desempenho 19% superior a previsão inicial, por conta da arrecadação dos ingressos referente a Operação de Crédito Badesul - Infraestrutura Urbana (R\$ 9 mil) e do Calçamento da Rua Doutor Flores (R\$ 313,6 mil) não previstos inicialmente.

No quadro abaixo pode ser analisado a variação ocorrida entre a arrecadação efetiva e a meta da LOA 2014:

QUADRO 1- RECEITAS DE 2014 (META X ARRECADAÇÃO)

DESCRIÇÃO	2014 META	2014 ARRECADADO	DESVIO (R\$)	DESVIO (%)
RECEITAS CORRENTES (I)	28.849.056,0	24.226.810,8	-4.262.245,2	-15%
Receita Tributária	2.254.182,0	1.368.787,3	- 885.394,7	-39%
Receita de Contribuição	2.792.454,0	2.361.766,9	- 430.687,1	-15%
Receita Patrimonial	2.292.478,0	1.094.840,5	- 1.197.637,5	-52%
Receita de Serviços	111.651,0	148.155,3	36.504,3	33%
Transferências Correntes	20.504.448,0	18.527.157,1	- 1.977.290,9	-10%
Outras Receitas Correntes	533.843,0	726.103,7	192.260,7	36%
RECEITA DE CAPITAL (II)	1.201.929,0	1.434.766,5	232.837,5	19%
Operações de Crédito		322.929,3	322.929,3	#DIV/0!
Alienação de Bens	50.000,0	76.900,0	26.900,0	54%
Amortização de Empréstimos	6.970,0	16.655,0	9.685,0	139%
Transferências de Capital	1.144.959,0	986.195,0	- 158.764,0	-14%
Outras Receitas de Capital	-	32.087,2	32.087,2	-----
RECEITA TOTAL (III) = (I) + (II)	29.690.985,0	25.661.577,3	-4.029.407,7	14%

No quadro abaixo em contraponto ao anterior, pode-se observar a variação ocorrida entre a arrecadação de 2014 no comparativo com 2013.

QUADRO 2 - RECEITAS ARRECADADAS (2013 X 2014)

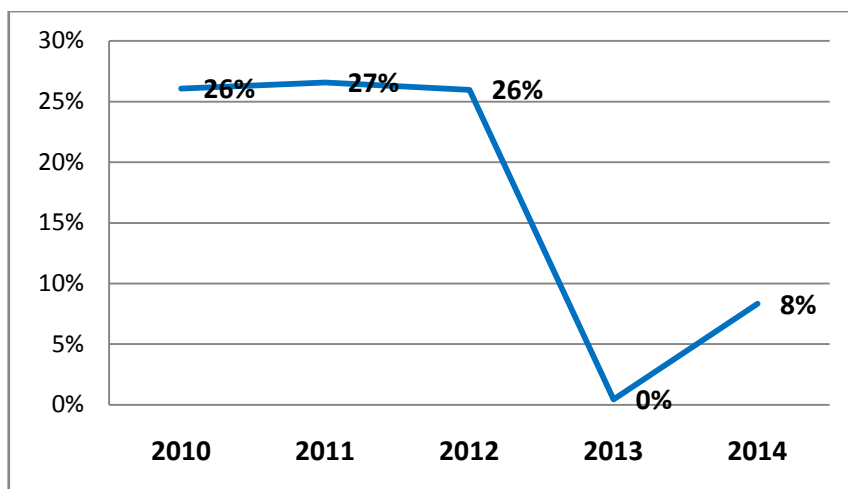
DESCRIÇÃO	ARRECADADO		VARIÇÃO NOMINAL	
	2013	2014	R\$	%
RECEITAS CORRENTES (I)	22.766.219,7	24.226.810,8	1.460.591,1	6%
Receita Tributária	1.263.507,3	1.368.787,3	105.280,1	8%
Receita de Contribuição	2.426.947,0	2.361.766,9	65.180,1	-3%
Receita Patrimonial	298.190,5	1.094.840,5	796.650,0	267%
Receita de Serviços	150.795,8	148.155,3	2.640,5	-2%
Transferências Correntes	17.943.050,9	18.527.157,1	584.106,3	3%
Outras Receitas Correntes	683.728,4	726.103,7	42.375,4	6%
RECEITA DE CAPITAL (II)	2.391.762,5	1.434.766,5	- 956.996,0	-40%
Operações de Crédito	716.891,6	322.929,3	393.962,3	-55%
Alienação de Bens	-	76.900,0	76.900,0	#DIV/0!
Amortização de Empréstimos	8.200,9	16.655,0	8.454,1	103%
Transferências de Capital	1.645.145,6	986.195,0	658.950,6	-40%
Outras Receitas de Capital	21.524,4	32.087,2	10.562,7	49%
RECEITA TOTAL (III) = (I) + (II)	25.157.982,2	25.661.577,3	503.595,1	2%

As Receitas de Capital obtiveram desempenho 19% superior a previsão inicial, por conta da arrecadação dos ingressos referente a Operação de Crédito Badesul - Infraestrutura Urbana (R\$ 9 mil) e do Calçamento da Rua Doutor Flores (R\$ 313,6 mil) não previstos inicialmente.



Como se observa no quadro acima, as receitas tributárias apresentaram um déficit de 39% em relação a meta.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO PERCENTUAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS



Analísada evolução das receitas tributárias, percebe-se um crescimento de 8% (R\$ 105 mil) na arrecadação de 2014 em relação ao ano de 2013, embora tal crescimento fique abaixo do crescimento médio de 26,3% experimentado de 2010 a 2012.

Quando analisada evolução das receitas tributárias (quadro acima), percebe-se um crescimento de 8% (R\$ 105 mil) na arrecadação de 2014 em relação ao ano de 2013, embora tal crescimento fique abaixo do crescimento médio de 26,3% experimentado de 2010 a 2012.

QUADRO 3- RECEITAS TRIBUTÁRIAS ARRECADADAS (2013 X 2014)

DESCRIÇÃO	ARRECADADO		VARIÇÃO			
	2013	2014	NOMINAL (R\$)	NOMINAL %	REAL (R\$)	REAL %
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.263.507,3	1.368.787,3	105.280,1	8,33%	28.898,87	2%
IPTU	379.398,3	423.239,6	43.841,3	12%	18.345,87	5%
ISS	283.337,6	305.277,4	21.939,9	8%	3.550,34	2%
ITBI	213.071,1	202.832,3	- 10.238,9	-5%	- 22.457,23	-10%
IRRF	241.949,6	271.070,6	29.121,1	12%	12.792,11	6%
TAXAS	145.750,7	166.367,4	20.616,8	14%	10.595,02	8%

Conforme se observa no quadro anterior, os principais responsáveis pelo crescimento das receitas tributárias foram o IPTU, o ISS, o IRRF e as taxas, com incremento de 12%, 8%, 12% e 14%, respectivamente.

Com decréscimo de 5% o ITBI foi o destaque negativo das receitas tributárias, demonstrando o caráter sazonal do imposto, cuja arrecadação depende das transações comerciais nas quais o mesmo incide.



No quadro abaixo é possível visualizar o desempenho de cada receita tributária em relação a meta.

QUADRO 4 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS 2014 (META X ARRECADAÇÃO)

DESCRIÇÃO	2014		VARIACÃO			
	META	ARRECADADO	NOMINAL (R\$)	NOMINAL %	REAL (R\$)	REAL %
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.254.182,0	1.368.787,3	- 885.394,7	-39,28%	- 961.775,86	-43%
IPTU	648.280,0	423.239,6	- 225.040,4	-35%	- 250.535,79	-38%
ISS	655.485,0	305.277,4	- 350.207,6	-53%	- 368.597,10	-56%
ITBI	401.168,0	202.832,3	- 198.335,8	-49%	- 210.554,10	-52%
IRRF	304.386,0	271.070,6	- 33.315,4	-11%	- 49.644,31	-16%
TAXAS	244.863,0	166.367,4	- 78.495,6	-32%	- 88.517,32	-36%

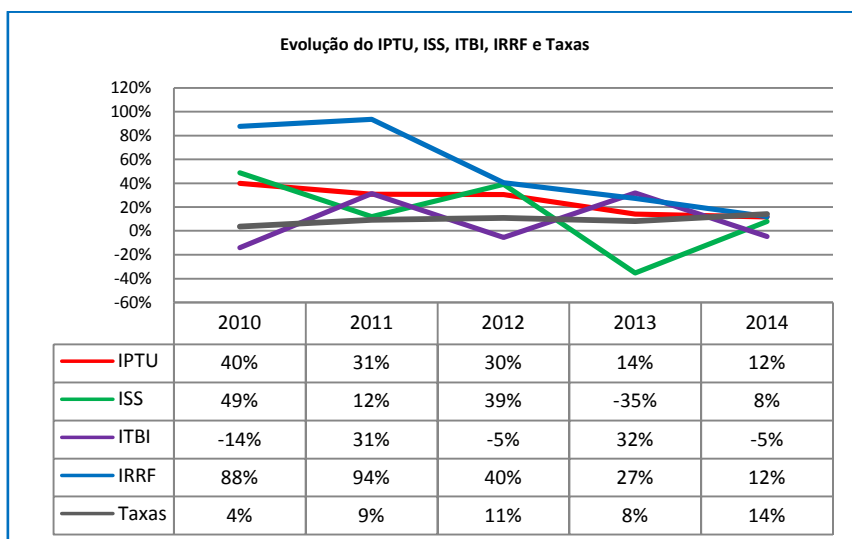
Embora o IPTU, o ISS, o IRRF e as Taxas tenham apresentado crescimento positivo em relação ao ano anterior, quando comparados com a previsão da LOA 2014, percebe-se déficits de 35%, 53%, 11% e 32%, respectivamente, demonstrando uma expressiva frustração nos valores realmente realizados em relação aos orçados.

O Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), no período de 2010 a 2012 apresentou crescimento de 40%, 31% e 30%, em decorrência dos efeitos da Lei Municipal nº 1.961 de 29 de Dezembro de 2009 que alterou as alíquotas, delimitou as zonas fiscais, definiu o padrão e estabeleceu os coeficientes base do VRM, para efeitos do cálculo do imóveis urbanos, aumentando a arrecadação nos anos citados.

Em 2013 e 2014, após cessar os efeitos imediatos da Lei Municipal nº 1.961 de 2009, o IPTU apresentou crescimento de 14% e 12%, respectivamente.

Após ter apresentado queda de 35% em 2013, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) apresentou leve crescimento de 8% (R\$ 21 mil) em 2014, por mais que não tenha conseguido repetir a boa arrecadação experimentada em 2011 (R\$ 315 mil) e 2012 (R\$ 438 mil). No gráfico abaixo pode ser observada a evolução do IPTU, ISS, ITBI, IRRF e das Taxas:

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (2010 - 2014)



Em 2013 e 2014, após cessar os efeitos imediatos da Lei Municipal nº 1.961 de 2009, o IPTU apresentou crescimento de 14% e 12%, respectivamente.



A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), apresentou frustração de 10% (R\$ 70 mil) em relação a previsão orçamentária de 2014, embora, tenha obtido um modesto aumento de 1,5% (R\$ 2 mil) em relação ao ano de 2013.

Curiosamente o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nos últimos 4 anos vem apresentando crescimento de aproximadamente 30% em um ano e queda de 5% no ano seguinte. Em 2011 e 2013, apresentou crescimento de 31% e 32%, respectivamente, e em 2012 e 2014, queda de 5%.

A arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) apresentou em 2014 crescimento de 12%. Como tal imposto guarda relação direta com os gastos com pessoal, não ocorrendo novas nomeações ou contratações o mesmo não apresentará crescimento expressivo, como aconteceu em 2010, 2011 e 2012, após a realização de concursos públicos.

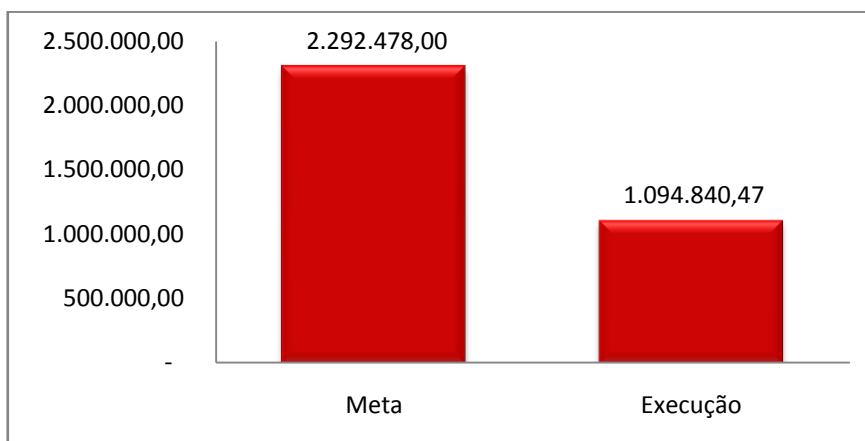
Dentre as receitas tributárias o destaque ficou com as taxas que obtiveram incremento de 14% em sua arrecadação em relação ao ano de 2013.

Com decréscimo de 3% (R\$ 65 mil) em relação ao ano de 2013, as Receitas de Contribuições ficaram 15% (R\$ 430 mil) abaixo da previsão do orçamento anual. Tal desempenho ocorreu, principalmente, porque o Poder Executivo deixou de repassar ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) as contribuições para amortização do Passivo Atuarial, competências agosto, setembro, outubro e novembro de 2014, realizando o parcelamento das mesmas, através da Confissão de Débito Previdenciário registrada no CADPREV sob nº 1169/2014.

A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) instituída pela Lei Municipal nº 1.503 de 30 de Dezembro de 2002, apresentou frustração de 10% (R\$ 70 mil) em relação a previsão orçamentária de 2014, embora, tenha obtido um modesto aumento de 1,5% (R\$ 2 mil) em relação ao ano de 2013.

A Receita Patrimonial atingiu apenas 52% (R\$ 1,09 milhões) da meta prevista de R\$ 2,3 milhões, o que representa em relação ao ano anterior um crescimento de 267%.

GRÁFICO 3 - RECEITA PATRIMONIAL 2014 (META X ARRECAÇÃO)



No gráfico 3 é possível ver o contraste entre a meta de arrecadação e a efetiva arrecadação.

Tal desempenho depende do sucesso nas aplicações financeiras realizadas pelo RPPS, cujo resultado depende mais das condições de mercado financeiro do que das decisões do gestor.



Embora tenha apresentado excesso de arrecadação de 33% (R\$ 36 mil), as receitas de serviços obtiveram queda de 1,75% (R\$ 2,6 mil) na comparação com 2013.

As Transferências Correntes arrecadadas pelo município em 2014 tiveram o seguinte resultado em relação a meta da LOA.

QUADRO 5 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (META X ARRECADAÇÃO)

DESCRIÇÃO	2014		VARIACÃO		VARIACÃO	
	META	ARRECADADO	NOMINAL	%	REAL	%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.504.448,0	18.527.157,1	-1.977.290,9	-10%	- 3.093.342,72	-15%
FPM	7.617.079,0	6.804.866,2	- 812.212,8	-11%	- 1.222.129,06	-16%
ITR	14.204,0	18.206,3	4.002,3	28%	2.905,58	20%
FEP	135.331,0	125.661,2	- 9.669,8	-7%	- 17.239,49	-13%
SUS	3.172.690,0	2.588.648,3	- 584.041,8	-18%	- 739.978,55	-23%
FNAS	242.400,0	302.134,1	59.734,1	25%	41.533,93	17%
FNDE	500.812,0	653.158,1	152.346,1	30%	113.000,72	23%
Lei Kandir	31.700,0	25.119,6	- 6.580,4	-21%	- 8.093,57	-26%
A.F. Lei 12.859	-	159.095,9	159.095,9	1	149.512,12	1
A.F. MP 193	-	26.921,8	26.921,8	0%	25.300,06	1
ICMS	3.699.108,0	3.207.187,9	- 491.920,1	-13%	- 685.116,89	-19%
IPVA	790.767,0	725.678,9	- 65.088,1	-8%	- 108.802,04	-14%
IPI Exportação	61.927,0	59.508,1	- 2.418,9	-4%	- 6.003,62	-10%
CIDE	-	1.969,1	1.969,1	1	1.850,46	1
FUNDEB	3.789.271,0	3.299.072,8	- 490.198,2	-13%	- 688.930,07	-18%
Passe Livre	-	60.726,2	60.726,2	1	57.068,10	1
Outras Transf.	9.505,0	71.331,6	61.826,6	650%	57.529,65	605%
Convênios	439.654,0	397.871,2	- 41.782,8	-10%	- 65.750,03	-15%

As transferências correntes de 2014 apresentaram um déficit de 10% (R\$ 1,7 milhões) em relação a meta da LOA, comparativamente, em 2013, o déficit foi menor, na ordem de 5% (R\$ 1 milhão).

As transferências correntes de 2014 apresentaram um déficit de 10% (R\$ 1,7 milhões) em relação a meta da LOA, comparativamente, em 2013, o déficit foi menor, na ordem de 5% (R\$ 1 milhão).



Comparando com 2013, as Transferências Correntes obtiveram o seguinte desempenho:

QUADRO 6 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ARRECADADAS (2013 X 2014)

DESCRIÇÃO	ARRECADADO		VARIÇÃO		VARIÇÃO	
	2013	2014	NOMINAL	%	REAL	%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.573.220,91	18.129.285,92	556.065,01	3%	- 536.019,59	- 3%
FPM	6.327.282,91	6.804.866,23	477.583,32	8%	67.667,03	1%
ITR	12.474,16	18.206,30	5.732,14	46%	4.635,42	37%
FEP	111.232,48	125.661,18	14.428,70	13%	6.859,03	6%
SUS	2.810.167,41	2.588.648,25	221.519,16	-8%	- 377.455,96	-13%
FNAS	261.591,77	302.134,10	40.542,33	15%	22.342,16	9%
FNDE	467.501,75	653.158,12	185.656,37	40%	146.310,97	31%
Lei Kandir	14.091,66	25.119,60	11.027,94	78%	9.514,77	68%
A.F. Lei 12.859	161.196,35	159.095,85	2.100,50	-1%	11.684,23	-7%
A.F. MP 193	-	26.921,79	26.921,79	0%	25.300,06	1
ICMS	3.476.545,85	3.207.187,94	269.357,91	-8%	462.554,74	-13%
IPVA	596.037,93	725.678,91	129.640,98	22%	85.927,03	14%
IPI Exportação	50.077,22	59.508,07	9.430,85	19%	5.846,16	12%
CIDE	972,95	1.969,07	996,12	102%	877,51	90%
FUNDEB	3.277.773,59	3.299.072,78	21.299,19	1%	177.432,66	-5%
Passe Livre	-	60.726,16	60.726,16	0%	57.068,10	1
Outras Transf.	6.274,88	71.331,57	65.056,69	1037%	60.759,77	968%
Convênios	369.829,94	397.871,21	28.041,27	8%	4.074,03	1%

O pior desempenho em relação a meta ficou por conta dos déficits de arrecadação de 11% (R\$ 1,2 milhões) do FPM, de 18% (R\$ 584 mil) das transferências do Sistema Único de Saúde (SUS), de 21% (R\$ 6,5 mil) da Lei Kandir, de 13% (R\$ 491 mil) do ICMS, e 13% (R\$ 490 mil) do Fundeb.

Embora as transferências correntes tenham apresentado em relação a meta desvio de 10% (R\$ 1,7 milhões), em relação ao ano de 2013, obtiveram um crescimento nominal de 3% (R\$ 556 mil).

As transferências referentes a Cota Parte do ITR, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Outras Transferências Correntes, foram as que apresentaram melhor desempenho em relação a meta, com excessos de 28% (R\$ 2,9 mil) , 25% (R\$ 41 mil), 30% (R\$ 113 mil) e 650% (R\$ 61,8 mil), respectivamente.

O pior desempenho em relação a meta ficou por conta dos déficits de arrecadação de 11% (R\$ 1,2 milhões) do FPM, de 18% (R\$ 584 mil) das transferências do Sistema Único de Saúde (SUS), de 21% (R\$ 6,5 mil) da Lei Kandir, de 13% (R\$ 491 mil) do ICMS, e 13% (R\$ 490 mil) do Fundeb.

Em contraponto ao déficit de 10% em relação a LOA, quando a arrecadação é comparada contra o ano de 2013, apenas 3 (três) transferências apresentaram decréscimos, ou seja, as transferências do Sistema Único de Saúde (SUS) com queda de 8% (R\$ 221 mil), a Cota-Parte do Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal (ICMS) com



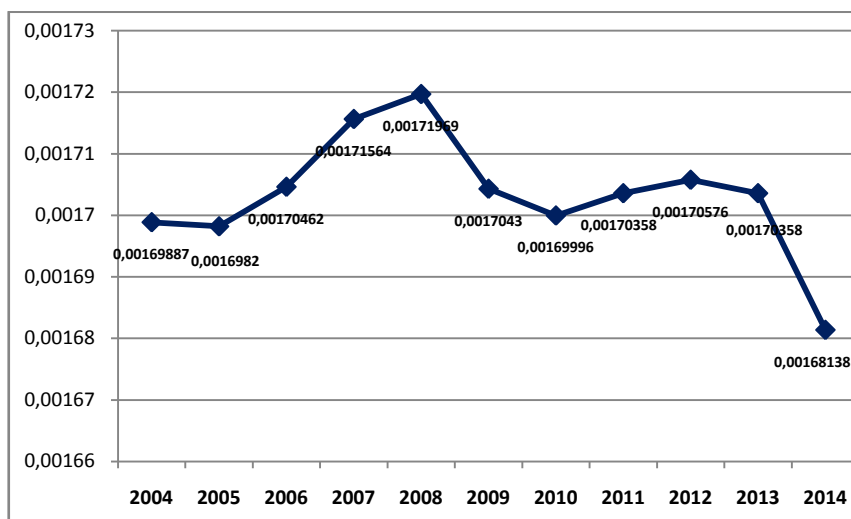
decréscimo de 8% (R\$ 269 mil) e o Auxílio Financeiro da Lei 12.859 com diminuição de 1% (R\$ 2,1 mil).

Ainda em relação ao ano de 2013, as demais transferências correntes apresentaram crescimento de arrecadação, com destaque para o crescimento de 46% (R\$ 5,7 mil) na Cota-Parte ITR, de 40% (R\$ 185 mil) nas transferências do FNDE e de R\$ 78% (R\$ 11 mil) na Cota-Parte da Lei Kandir. Contudo, como tais receitas tem pequena representatividade em relação ao total, o aumento foi capaz de absorver apenas 41% (R\$ 202 mil) da queda de 8% no ICMS (R\$ 269 mil) e de 8% (R\$ 221 mil) nas transferências do SUS.

Com coeficiente de participação no Fundo de Participação dos Municípios (CIFPM 2014) de 0,168138% em 2014, logo, inferior ao coeficiente do ano anterior de 0,170358%, a arrecadação do FPM apresentou crescimento de 8% (R\$ 477 mil) em 2014.

No gráfico abaixo é possível visualizar a evolução do CIFPM no período de 2004 a 2014.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO CIFPM (2004 - 2014)



Conforme se observa no gráfico acima, em 2014, o município obteve o menor coeficiente de participação no FPM dos últimos 10 anos.

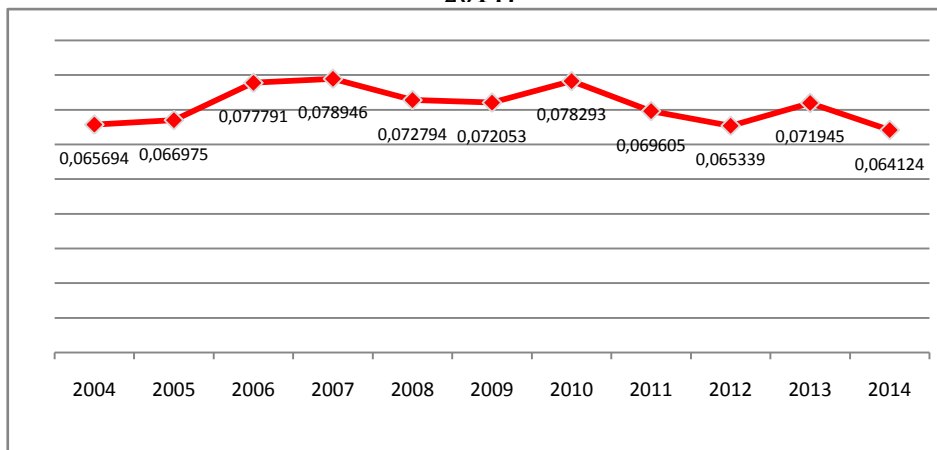
Como o FPM é a receita com maior arrecadação municipal o seu desempenho implica diretamente na capacidade do município de desenvolver suas políticas públicas.

Em 2014, o município obteve o menor coeficiente de participação no FPM dos últimos 10 anos.



No gráfico abaixo é possível visualizar a evolução do coeficiente de participação do município de Porto Xavier na arrecadação do ICMS, no período de 2004 a 2014.

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO NO ICMS (2004 - 2014)



A Cota-Parte do ICMS, terceira maior receita municipal, com índice de participação de 0,064124 em 2014, apresentou o pior índice de participação dos últimos 11 anos, e ainda, uma queda de 8% (R\$ 269 mil) no comparativo com 2013.

A Cota-Parte do ICMS, terceira maior receita municipal, com índice de participação de 0,064124 em 2014, apresentou o pior índice de participação dos últimos 11 anos, como se observa no gráfico acima, e ainda, uma queda de 8% (R\$ 269 mil) no comparativo com 2013.

Em 2014, excesso de arrecadação da Dívida Ativa Municipal em relação a meta atingiu o montante de R\$ 252 mil (103%), conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 7 - DÍVIDA ATIVA 2014 (META X ARRECADAÇÃO)

DÍVIDA ATIVA	PRINCIPAL	MULTAS/JUROS	2014		VARIÇÃO NOMINAL	
			META	ARRECADADO	(R\$)	(%)
Tributária	156.418,00	60.131,00	216.549,00	404.716,79	188.167,79	87%
IPTU	79.389,00	26.339,00	105.728,00	212.046,96	106.318,96	101%
ISS	40.502,00	20.747,00	61.249,00	126.956,84	65.707,84	107%
Taxas	27.706,00	7.330,00	35.036,00	61.836,46	26.800,46	76%
Contribuição de Melhoria	8.821,00	5.715,00	14.536,00	3.876,53	10.659,47	-73%
Não Tributária	25.282,00	4.162,00	29.444,00	93.754,02	64.310,02	218%
Total Dívida Ativa	181.700,00	64.293,00	245.993,00	498.470,81	252.477,81	103%

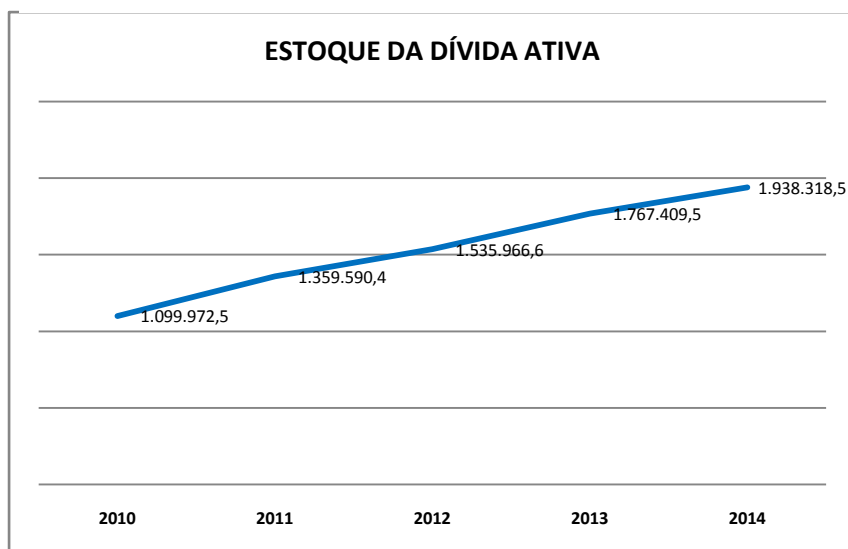
No comparativo com 2013, a arrecadação da Dívida Ativa apresentou um crescimento de 85% (R\$ 178 mil).

O excelente desempenho na cobrança da Dívida Ativa foi resultado da Lei Municipal nº 2.401 de 05 de Agosto de 2014, que autorizou o poder executivo municipal a conceder anistia, multa moratória, remissão de juros a contribuintes inadimplentes.



No gráfico abaixo pode ser observado o crescimento no estoque da dívida ativa municipal.

GRÁFICO 6 - ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA



O estoque da dívida ativa apurado em 2010 (R\$ 1,09 milhões), ao ser comparado com o estoque de 2014 (R\$ 1,9 milhões), apresentou um expressivo crescimento de 76% (R\$ 838 mil).

No quadro abaixo pode ser observada a evolução da dívida ativa nos últimos 5 anos.

QUADRO 8 - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (2010 - 2014)

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (R\$) - 2010 a 2013						
INSCRIÇÕES	2010	2011	2012	2013	MÉDIA QUADRIÊNIO	2014
Tributária	149.963,0	176.929,0	219.105,8	216.745,5	190.685,8	201.675,6
Não Tributária	45.862,8	88.089,8	55.963,5	76.392,1	66.577,1	53.992,5
Total	195.825,8	265.018,7	275.069,3	293.137,6	257.262,9	255.668,1
BAIXAS	2010	2011	2012	2013	MÉDIA QUADRIÊNIO	2014
Tributária	100.888,4	148.395,2	165.481,7	262.598,5	169.340,9	542.926,6
Não Tributária	15.687,1	23.311,3	21.380,8	33.023,8	23.350,8	112.304,2
Total	116.575,6	171.706,5	186.862,5	295.622,3	192.691,7	655.230,8
ESTOQUE DE DÍVIDA ATIVA	2010	2011	2012	2013	MÉDIA QUADRIÊNIO	2014
Tributária	961.796,7	1.140.530,1	1.302.333,5	1.411.835,5	1.204.124,0	1.233.568,5
Não Tributária	138.175,8	219.060,3	233.633,1	355.574,0	236.610,8	704.750,0
Total	1.099.972,5	1.359.590,4	1.535.966,6	1.767.409,5	1.440.734,8	1.938.318,5

No quadro acima pode ser observado os efeitos da Lei Municipal nº 2.401 no ano de 2014, pois quando compara-se o valor das baixas realizadas em 2014 contra a média de baixas de 2010 a 2013, percebe-se o contraste existente.

No quadriênio anterior, a média de baixas foi de R\$ 192 mil, enquanto que o valor baixado em 2014 foi muito superior, no montante de R\$ 655 mil.

O estoque da dívida ativa apurado em 2010 (R\$ 1,09 milhões), ao ser comparado com o estoque de 2014 (R\$ 1,9 milhões), apresentou um expressivo crescimento de 76% (R\$ 838 mil).



Com um excesso de 54% (R\$ 27 mil) em relação a previsão da LOA (R\$ 50 mil), com o leilão realizado em 2014 o município arrecadou R\$ 76,9 mil.

A referida lei também impactou nas inscrições, pois pela primeira vez nos últimos 4 (quatro) anos ocorreu uma redução nos valores inscritos em relação ao ano anterior, em 2014, as inscrições atingiram R\$ 255 mil, valor inferior ao inscrito em 2013, 2012 e 2011.

Embora em 2014 a Dívida Ativa tenha apresentado um ótimo resultado quando comparado ao quadriênio anterior, seu estoque ainda é expressivo para o tesouro municipal, pois em 2014 representou 8% da receita total arrecadada, superando o ano de 2013 cujo estoque representava 7%.

Ao atingir o valor de R\$ 322 mil, as operações de crédito não previstas na LOA de 2014, apresentaram uma queda de 54,95% (R\$ 393 mil) no comparativo com 2013.

Com um excesso de 54% (R\$ 27 mil) em relação a previsão da LOA (R\$ 50 mil), com o leilão realizado em 2014 o município arrecadou R\$ 76,9 mil.

O município recebeu em amortização de financiamentos concedidos a contribuintes o montante de R\$ 16,6 mil no ano de 2014, o que representa um incremento de 139% comparado a previsão da LOA, e crescimento de 103% em relação ao ano anterior.

Tal montante refere-se a contratos celebrados entre o município e produtores rurais para aquisição por parte do município de sementes de aveia e azevém.

De acordo com os contratos, o produtor apresenta projeto de financiamento de sementes, que após aprovados pelo município, é custeado com recursos financeiros do Fundo de Agricultura Municipal FAM, e a Secretaria Municipal de Agricultura disponibiliza assistência técnica aos produtores.

Tais financiamentos tem vencimento no dia 15 de março do ano posterior a celebração do contrato, e o produtor tem a responsabilidade de devolver o valor contratado (convertido em sacos de milho) atualizado pelo preço mínimo estipulado pelo governo federal.

As transferências de capital apresentaram déficit de 14% (R\$ 158 mil) em relação a meta, e queda de 40% (R\$ 658 mil) em relação ao ano de 2013.



RECEITAS DO TESOURO MUNICIPAL ANÁLISE VERTICAL

Com o intuito de descobrir qual a representatividade de cada receita em relação ao total arrecadado pelos cofres municipais, nesta seção será aplicada a metodologia denominado de análise vertical.

No gráfico a seguir é possível conhecer a participação das Receitas Correntes e das Receitas de Capital no total arrecadado, nos anos de 2013 e 2014.

GRÁFICO 8 - PERFIL RECEITAS 2013

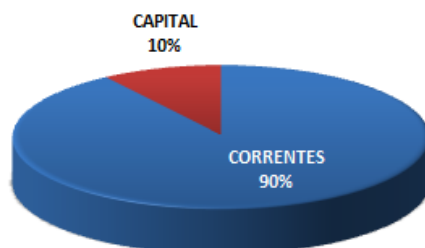
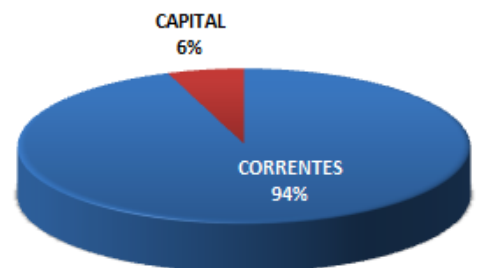


GRÁFICO 7 - PERFIL RECEITAS 2014

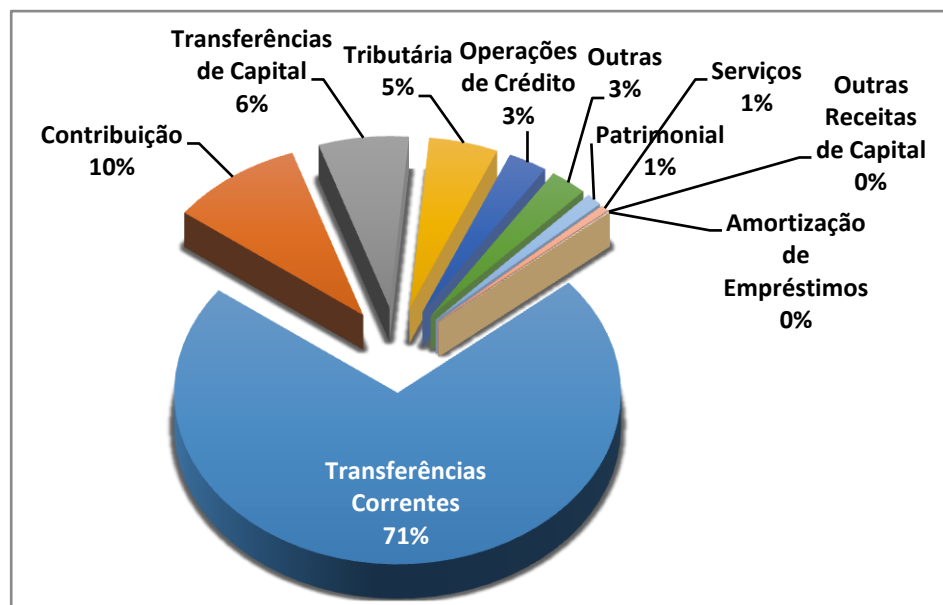


Em 2014 a categoria econômica receitas correntes representou 94% do total arrecadado, enquanto que a categoria econômica receitas de capital representou 6%.

Conforme se observa, em 2014 a categoria econômica receitas correntes representou 94% do total arrecadado, enquanto que a categoria econômica receitas de capital representou 6%. No comparativo com 2013, percebe-se uma redução na participação das receitas de capital de 10% para 6%.

No gráfico abaixo, as categorias econômicas (receitas correntes e de capital) são desdobradas em suas origens (desdobramento das categorias econômicas) com a finalidade de aprofundar a análise.

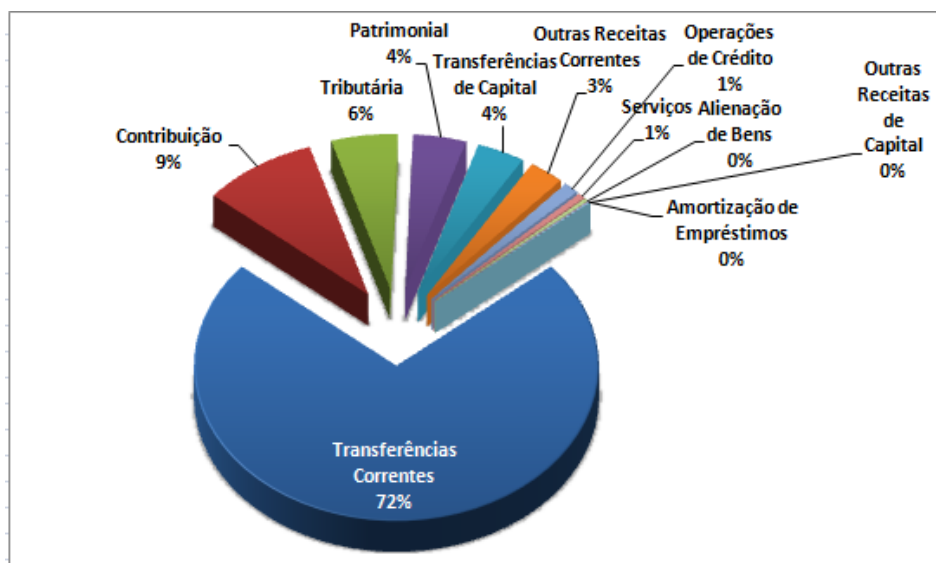
GRÁFICO 9 - PERFIL DAS RECEITAS POR ORIGEM (2013)





O perfil das receitas municipais em 2014 teve a seguinte composição:

GRÁFICO 10 - PERFIL DAS RECEITAS POR ORIGEM (2014)



Analisando as receitas totais, percebe-se que como a maioria dos municípios pequenos, a principal fonte de receitas é oriunda de Transferências Correntes de outras esferas de governo (estadual e federal), que no caso de Porto Xavier, apresentavam o expressivo peso de 71% (R\$ 17,9 milhões) dos ingressos no tesouro municipal em 2013, e em 2014 apresentaram o percentual de 72% (R\$ 18,5 milhões), demonstrando que permanece a forte dependência financeira desses recursos.

O segundo maior grupo é das receitas de contribuições, que influenciadas pelas receitas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) representaram em 2013 e 2014, respectivamente, 10% e 9% do total arrecadado.

Com 6% de participação no total as Transferências de Capital no montante de R\$ 1,6 milhões apareceram em terceiro lugar em 2013 seguidas das receitas tributárias (5%), entretanto, em 2014 o terceiro lugar foi conquistado pelas receitas tributárias (6%) que ultrapassaram as transferências de capital e patrimoniais que ficaram empatadas em 4º lugar com 4%.

De todas as receitas, aquelas em que o município detêm maior autonomia são as receitas tributárias, contudo, a participação das alcançou modestos 5% e 6% em 2013 e 2014, respectivamente.

A principal fonte de receitas é oriunda de Transferências Correntes de outras esferas de governo (estadual e federal), que no caso de Porto Xavier, apresentavam o expressivo peso de 71% (R\$ 17,9 milhões) dos ingressos no tesouro municipal em 2013, e em 2014 apresentaram o percentual de 72% (R\$ 18,5 milhões).



O perfil das receitas tributárias municipais é demonstrado nos próximos gráficos:

GRÁFICO 12 - PERFIL RECEITAS TRIBUTÁRIAS (2013)

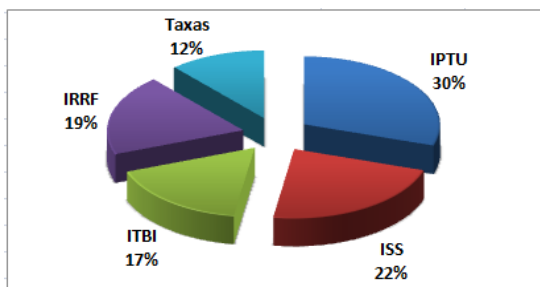
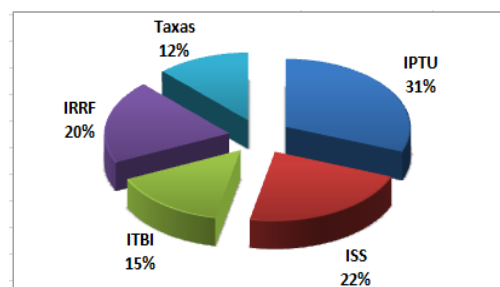


GRÁFICO 11 - PERFIL RECEITAS TRIBUTÁRIAS (2014)

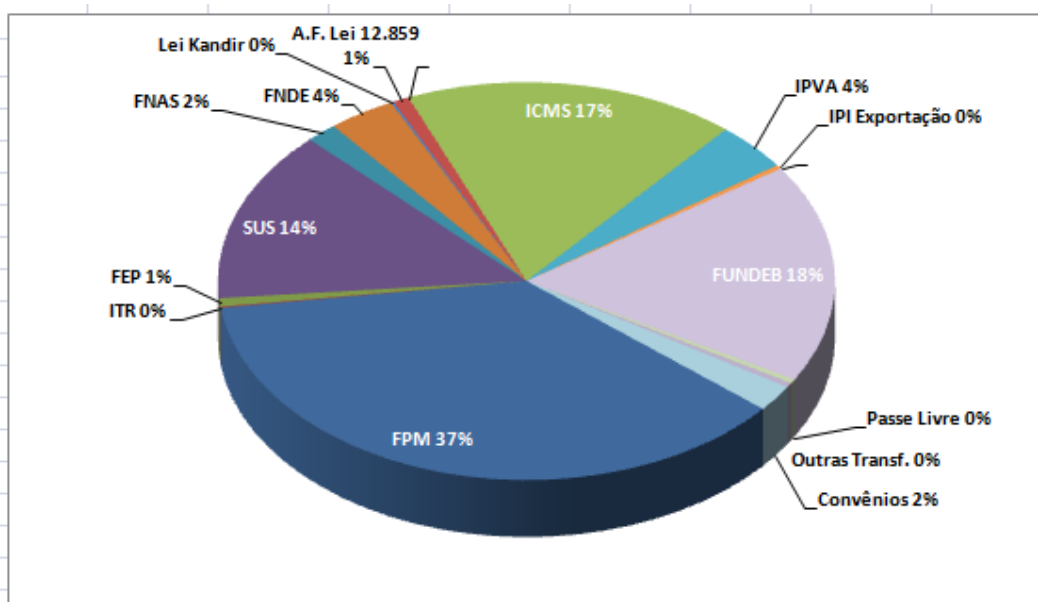


Do total das receitas tributárias, o maior peso permanece com o IPTU (30% em 2013 e 31% em 2014).

A participação do ISS, do IRRF, do ITBI e das taxas em 2014, atingiu respectivamente 22%, 20%, 15% e 12%, apresentando pequena variação no comparativo com 2013.

As transferências correntes com participação de 71% na receita total de 2014, têm o seguinte perfil:

GRÁFICO 13 - PERFIL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (2014)



Do diversificado conjunto de Transferências Correntes arrecadadas, o destaque fica com o FPM, cuja arrecadação de R\$ 6,8 milhões representa 37% do total do grupo, aumento sua participação em relação a 2013 em que participava com 35% (R\$ 6,3 milhões).

Logo após o FPM, aparecem os repasses do FUNDEB com 18% (R\$ 3,3 milhões), seguido das transferências do ICMS com 17% (R\$ 3,2 milhões) e das transferências do SUS com 14% (R\$ 2,5 milhões).

Do diversificado conjunto de Transferências Correntes arrecadadas, o destaque fica com o FPM, cuja arrecadação de R\$ 6,8 milhões representa 37% do total do grupo, aumento sua participação em relação a 2013 em que participava com 35% (R\$ 6,3 milhões).



As transferências do FPM, ICMS, FUNDEB e SUS, representavam 89% do total das Transferências Correntes em 2013 e representaram 88% em 2014.

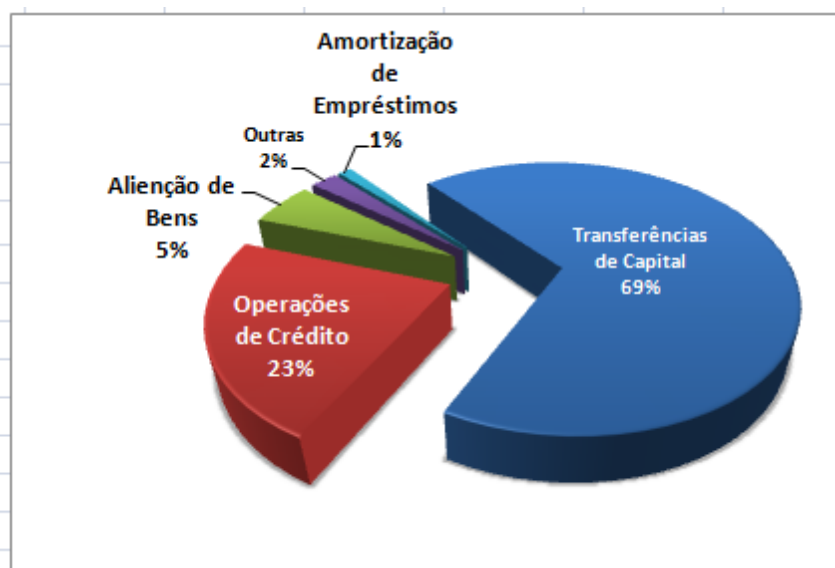
Transferências referentes ao Fundos Nacionais de Educação (FNDE) e de Assistência Social (FNAS), representam, respectivamente, 4% e 2%.

Os Convênios apresentam execução de 2% do total do grupo.

Transferências do FEP, ITR, Auxílios Financeiros, Lei Kandir, Cota Cide, Passe Livre, IPI Exportação e Outras Transferências Correntes, tem representatividade modesta, entre 0% e 1%.

No gráfico a seguir é possível conhecer a participação de cada Receita de Capital em relação ao total do grupo no ano de 2014.

GRÁFICO 14 - PERFIL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2014)



Conforme se observa, o maior destaque fica por conta das Transferências de Capital que representam 69% (R\$ 986 mil) das receitas de capital (R\$ 1,4 milhões), seguidas pelas Operações de Crédito com 23% (R\$ 322 mil). Em contrapartida, com participação modesta, Alienação de Bens, Outras Receitas de Capital e Amortização da Dívida aparecem com 5% (R\$ 76.900,00), 2% (R\$ 32 mil) e 1% (R\$ 16 mil), respectivamente.

As transferências do FPM, ICMS, FUNDEB e SUS, representavam 89% do total das Transferências Correntes em 2013 e representaram 88% em 2014.



DESPESAS DO TESOURO MUNICIPAL

As despesas públicas representam todas as saídas de dinheiro dos cofres municipais, sendo classificadas em despesas orçamentárias e dispêndios extraorçamentárias.

As despesas orçamentárias representam recursos aplicados em políticas públicas na tentativa de atingir as metas físicas fixadas no Plano Plurianual, enquanto que os dispêndios extraorçamentários, por sua vez, representam apenas as saídas compensatórias (consignações, depósitos, garantias, etc).

Nesta seção será apresentada a variação das despesas sobre duas perspectivas.

Na primeira, será demonstrada a execução da despesa em relação a previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 e em relação a execução de exercícios anteriores utilizando-se do método denominado Análise Horizontal.

Na segunda, através da Análise Vertical, será apurada a participação individual de cada despesa perante o total gasto.

A despesa total executada em 2014 atingiu o valor de R\$ 23,5 milhões, sendo este montante superior aos R\$ 22,7 milhões gastos em 2013, demonstrando um crescimento nominal de 3,51% ou uma queda de 3% caso os efeitos inflacionários sejam computados.

DESPESAS DO TESOURO MUNICIPAL ANÁLISE HORIZONTAL

As despesas totais executadas apresentaram um déficit de 21% em relação a meta, influenciadas pela economia forçada de R\$ 2 milhões (9%) em Despesas Correntes, combinado com a redução de 19% (R\$ 439 mil) nas Despesas de Capital e pela economia de R\$ 3,1 milhões da Reserva de Contingência (86%).

Considerando todas as fontes de recursos, a despesa total executada em 2014 atingiu o valor de R\$ 23,5 milhões, sendo este montante superior aos R\$ 22,7 milhões gastos em 2013, demonstrando um crescimento nominal de 3,51% ou uma queda de 3% caso os efeitos inflacionários sejam computados.

No quadro abaixo pode ser analisada a variação ocorrida entre as metas de Despesa da LOA e a efetiva execução:

QUADRO 9 - DESPESAS 2014 (META X EXECUÇÃO)

Categoria	Grupo	2014		Variação	
		LOA	Empenhado	Nominal	%
Corrente	Pessoal e Encargos Sociais	14.654.683,0	13.555.585,1	- 1.099.097,9	-7%
	Juros e Encargos da Dívida	200.625,0	166.519,1	- 34.105,9	-17%
	Outras Despesas Correntes	8.818.268,0	7.869.202,6	- 949.065,4	-11%
	Total	23.673.576,0	21.591.306,8	- 2.082.269,2	-9%
Capital	Investimentos	1.909.035,0	1.483.214,0	- 425.821,0	-22%
	Inversões Financeiras	21.932,0	9.600,0	- 12.332,0	-56%
	Amortização da Dívida	419.836,0	418.242,8	- 1.593,2	0%
	Total	2.350.803,0	1.911.056,9	- 439.746,2	-19%
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.666.606,0	-	- 3.666.606,0	-100%
TOTAL GERAL		29.690.985,0	23.502.363,7	- 6.188.621,3	-21%



O déficit de 9% nas Despesas Correntes apresentada no quadro anterior, foi decorrente da economia de 7% (R\$ 1,09 milhões), 17% (R\$ 34 mil) e 11% (R\$ 949 mil), respectivamente nos gastos com Pessoal e Encargos, Juros e Encargos da Dívida e em Outras Despesas Correntes.

Tal retração nos gastos em relação a previsão orçamentária inicial da despesa, foi uma resposta ao desempenho abaixo da meta das receitas municipais, na tentativa de adequar as despesas ao fluxo real de ingressos no tesouro municipal.

Entretanto, tal economia não foi suficiente para evitar a inscrição de restos a pagar sem cobertura financeira no recurso próprio/livre no valor de R\$ 23.998,30, e também de impedir o 4º Parcelamento com o RPPS no valor de R\$ 342.385,92, oriundo da inadimplência no pagamento das contribuições para amortização do passivo atuarial competências agosto, setembro, outubro e novembro de 2014.

Por sua vez, as Despesas de Capital também apresentaram desempenho de 19% abaixo da meta da Lei Orçamentária Anual de 2014.

No quadro abaixo pode ser analisada a variação ocorrida entre os gastos realizados em 2012 e 2013:

QUADRO 10 - DESPESAS EMPENHADAS (2013 X 2014)

Grupo	2013	2014	Variação			
	Empenhado	Empenhado	Nominal	%	Real	%
Pessoal e Encargos Sociais	12.989.476,9	13.555.585,1	566.108,2	4%	- 250.462,6	-2%
Juros	163.536,5	166.519,1	2.982,6	2%	- 7.048,3	-4%
Custeio	7.288.145,8	7.869.202,6	581.056,8	8%	107.026,3	1%
CORRENTES	20.441.159,2	21.591.306,8	1.150.147,6	5,63%	- 150.484,6	-5%
Investimentos	1.942.051,8	1.483.214,0	- 458.837,8	-24%	- 548.184,7	-28%
Inversões Financeiras	18.358,3	9.600,0	- 8.758,3	-48%	- 9.336,6	-51%
Amortização	304.627,8	418.242,8	113.615,0	37%	88.420,6	29%
CAPITAL	2.265.037,9	1.911.056,9	- 353.981,0	-16%	- 469.100,6	-50%
TOTAL	22.706.197,1	23.502.363,7	796.166,6	3,51%	- 619.585,3	-3%

Mesmo com um economia de 7% (R\$ 1,09 milhões) em relação a meta, as Despesas com Pessoal e Encargos sociais atingiram o valor de R\$ 13,5 milhões e apresentaram um aumento de 4% (R\$ 566 mil) no comparativo com 2013.

Tal aumento foi modesto quando comparado ao expressivo aumento de 27% (R\$ 2,7 milhões) ocorrido de 2012 para 2013.

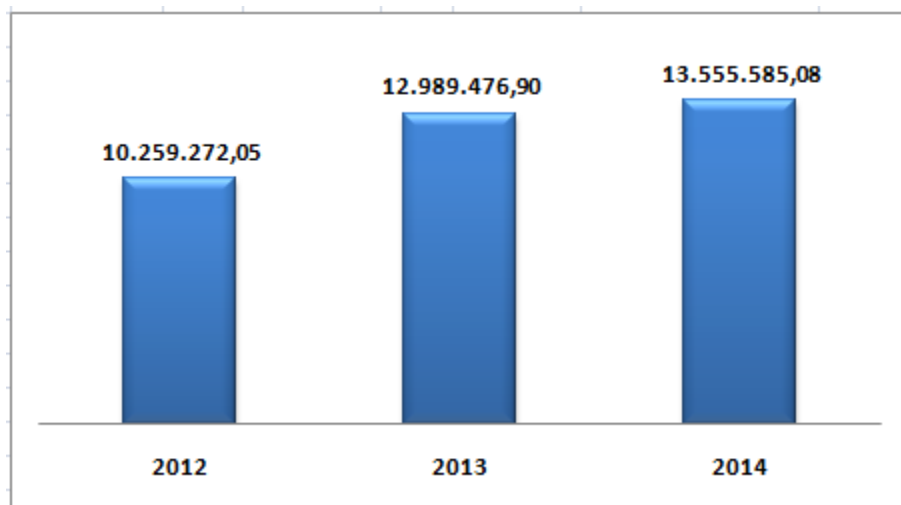
Entretanto, cumpre destacar que caso não houvesse o 4º Parcelamento, os gastos com pessoal teriam sido maiores, pois os empenhos por consequência não seriam estornados, nesta situação, os gastos com pessoal atingiriam o valor de R\$ 13,9, valor 6,9% (R\$ 908 mil) maior que 2013.

Mesmo com um economia de 7% (R\$ 1,09 milhões) em relação a meta, as Despesas com Pessoal e Encargos sociais atingiram o valor de R\$ 13,5 milhões e apresentaram um aumento de 4% (R\$ 566 mil) no comparativo com 2013.



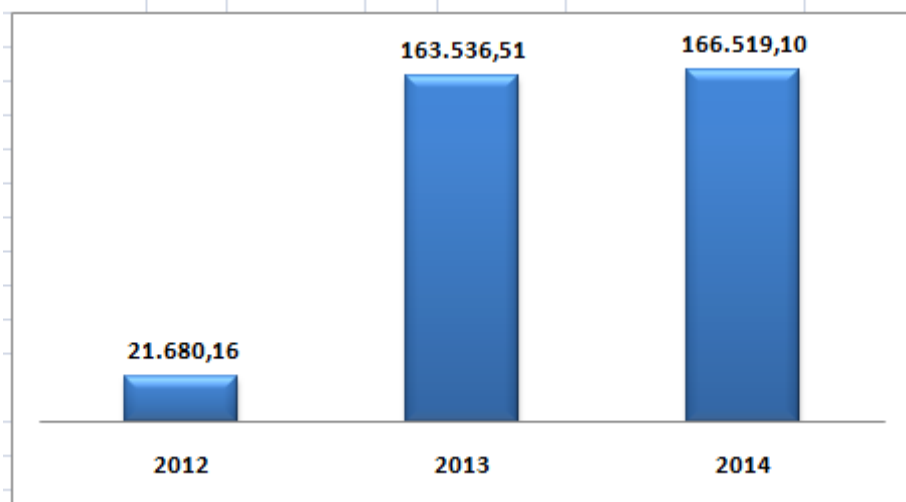
A variações nos gastos com pessoal podem ser vislumbradas nos gráficos abaixo:

GRÁFICO 15 - EVOLUÇÃO GASTOS COM PESSOAL (2012 - 2014)



As últimas Operações de Crédito e Parcelamentos com o RPPS, mostraram seus efeitos através do expressivo crescimento de 654% (de 2012 para 2013) nos desembolsos referentes a Juros e Encargos, mantendo-se constante em 2014, como pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 16 - EVOLUÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA (2012 - 2014)



Após terem recebido expressivo corte no ano de 2013 para compensar o aumento de 27% nos gastos com pessoal, as Outras Despesas Correntes em 2014 voltaram a crescer, apresentando incremento de 8% (R\$ 581 mil) em relação ao ano de 2013.

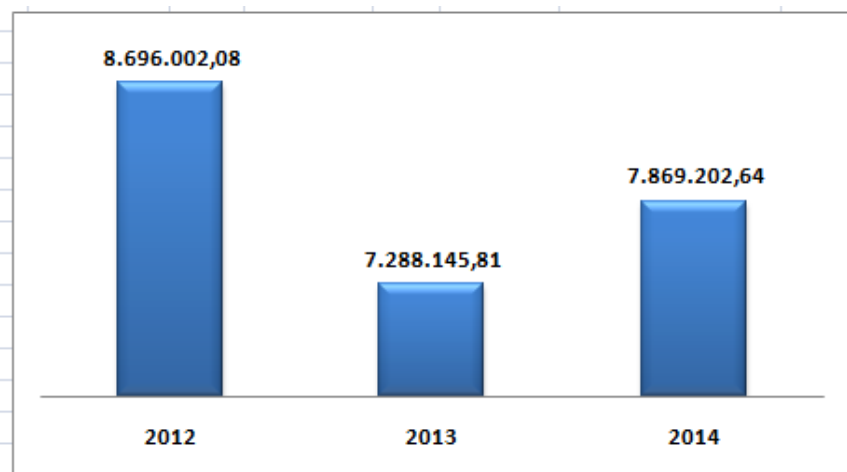
Cabe destacar que caso este aumento não tivesse acontecido o município não precisaria ter firmado o 4º Parcelamento com o RPPS no valor de R\$ 342 mil.

Após terem recebido expressivo corte no ano de 2013 para compensar o aumento de 27% nos gastos com pessoal, as Outras Despesas Correntes em 2014 voltaram a crescer, apresentando incremento de 8% (R\$ 581 mil) em relação ao ano de 2013.



No gráfico abaixo é possível visualizar a evolução das outras despesas correntes de 2012 a 2014:

GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES (2012 - 2014)

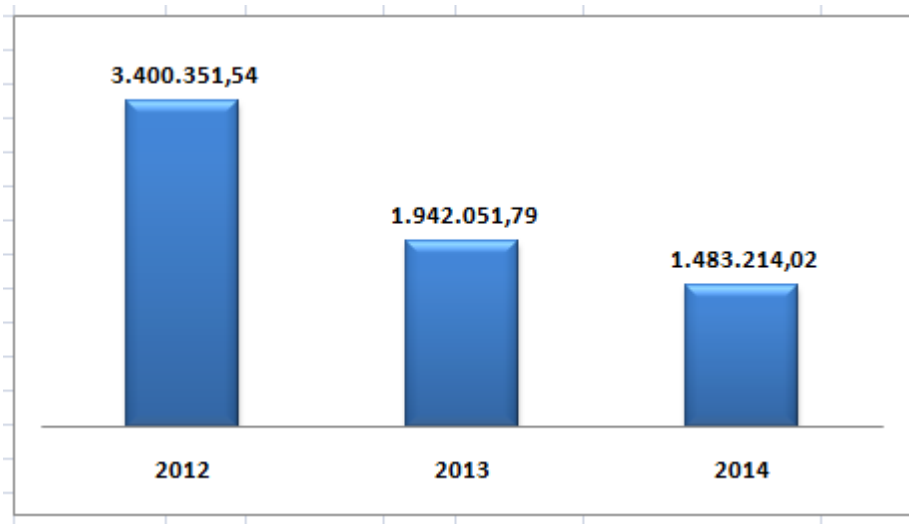


As despesas de capital apresentaram em 2014, uma queda de 16% (R\$ 353 mil) no comparativo com 2013, em relação a meta apresentaram um déficit maior, na ordem de 19% (R\$ 439 mil).

Os investimentos demonstraram um déficit de R\$ 425 mil (22%) em relação a meta da LOA 2014, como a frustração nas receitas correntes atingiu 15% (R\$ 4,2 milhões), por consequência, diversos investimentos previstos inicialmente no orçamento não puderam ser implementados.

No gráfico abaixo pode ser observada a evolução dos investimentos de 2012 a 2014.

GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS (2012 - 2014)



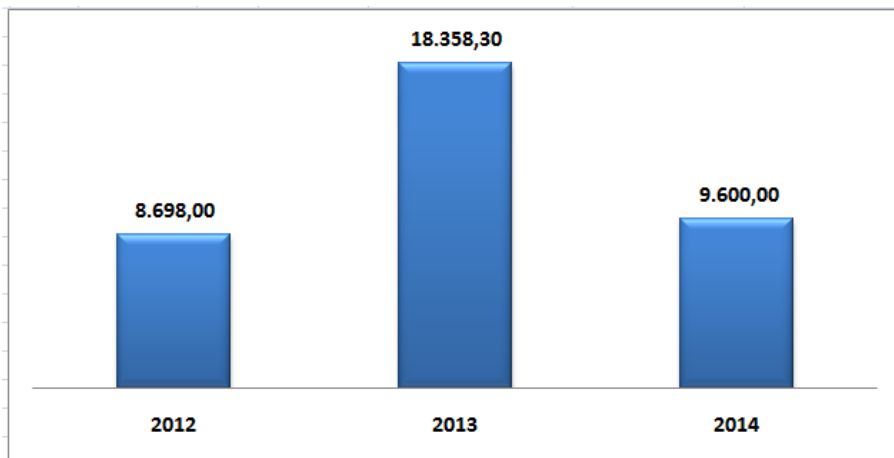
As Inversões Financeiras são oriundas da ação de governo 2020 - Manutenção do Fundo Municipal da Agricultura, através do qual são financiadas sementes de aveia e azevém para os agricultores do município.

Os investimentos demonstraram um déficit de R\$ 425 mil (22%) em relação a meta da LOA 2014, como a frustração nas receitas correntes atingiu 15% (R\$ 4,2 milhões), por consequência, diversos investimentos previstos inicialmente no orçamento não puderam ser implementados.



Em relação a meta, tal gasto apresentou um déficit de 56% (R\$ 12,3 mil), no comparativo com 2013, apresentou uma queda de 48% (R\$ 8,7 mil).

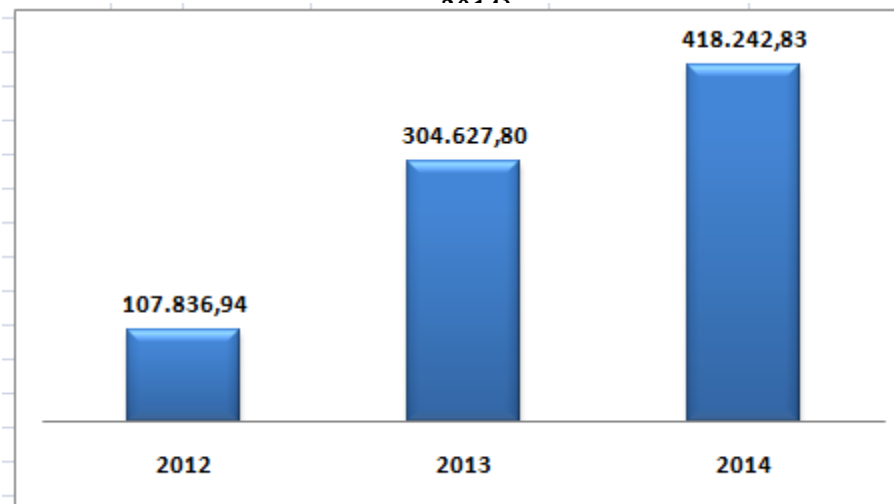
GRÁFICO 19 - EVOLUÇÃO DAS INVERSÕES FINANCEIRAS (2012 - 2014)



A expansão relevante de 182% (R\$ 196.790,00) nos gastos com Amortização da Dívida de 2012 para 2013, não se repetiu em 2014, ano em que o crescimento atingiu 37% (R\$ 113 mil), e um déficit de 0,38% (R\$ 1,5 mil) em relação a meta.

No gráfico abaixo poder ser observada a evolução nos gastos com Amortização da Dívida Pública de 2012 a 2014.

GRÁFICO 20 - EVOLUÇÃO DA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (2012 - 2014)



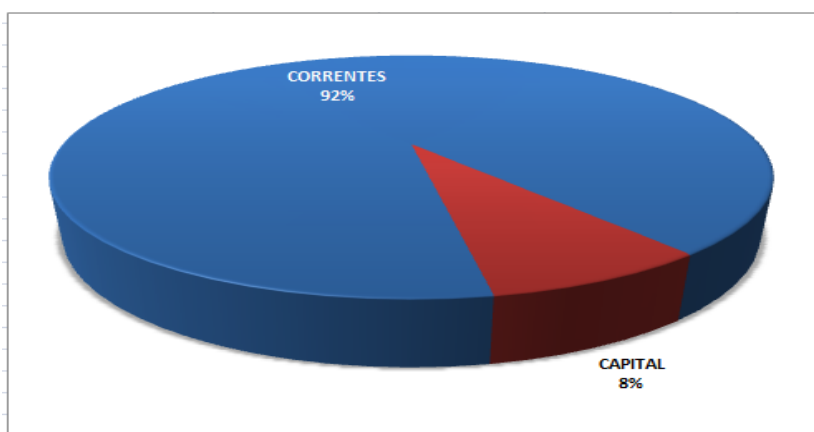
A expansão relevante de 182% (R\$ 196.790,00) nos gastos com Amortização da Dívida de 2012 para 2013, não se repetiu em 2014, ano em que o crescimento atingiu 37% (R\$ 113 mil), e um déficit de 0,38% (R\$ 1,5 mil) em relação a meta.



DESPESAS DO TESOIRO MUNICIPAL ANÁLISE VERTICAL

Aplicando-se a Análise Vertical, no gráfico 21, é possível conhecer a participação das Despesas Correntes e de Capital no total dos gastos municipais.

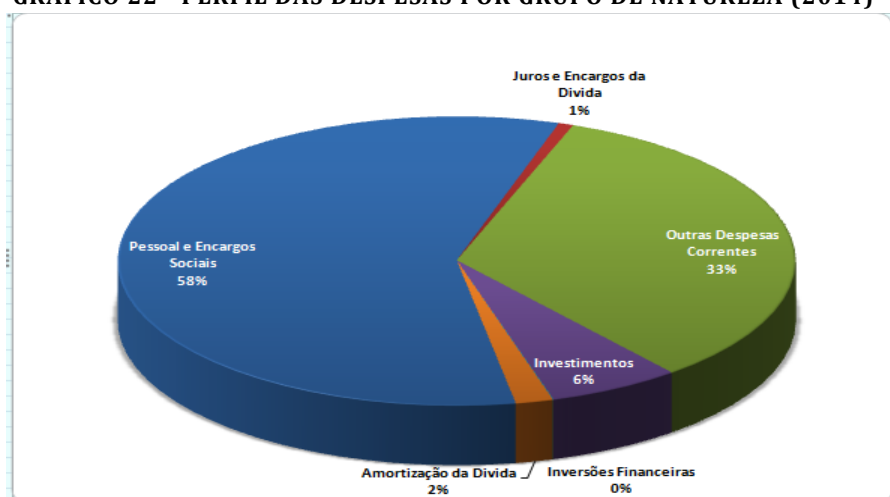
GRÁFICO 21 - PERFIL DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA (2014)



Como se observa no gráfico acima, do total gasto pelo tesouro municipal, 92% decorre de Despesas Correntes, enquanto 8% referem-se a Despesas de Capital.

O gráfico abaixo, com maior detalhamento, demonstra os gastos conforme os grupo de natureza da despesa.

GRÁFICO 22 - PERFIL DAS DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA (2014)



Analisando o conjunto de despesas totais, percebe-se a expressiva participação dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais que absorvem 58% (R\$ 13,5 milhões) do total das despesas, seguido das Outras Despesas Correntes que aparecem como segundo maior grupo, devido sua participação de 33% (R\$ 7,9 milhões) no total, e ainda dos investimentos que representam 6% (R\$ 1,4 milhões) das despesas de Porto Xavier. Com participação modesta, os gastos com Amortização da Dívida Pública, Juros e Encargos e as Inversões Financeiras alcançam 2%, 1% e 0% do total gasto.

Como se observa no gráfico 21, do total gasto pelo tesouro municipal, 92% decorre de Despesas Correntes, enquanto 8% referem-se a Despesas de Capital.



RESULTADO PRIMÁRIO

Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 5ª edição, parte 3, página 226, o Resultado Primário é assim definido:

"O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas primárias (Não Financeiras). Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação."

Embora o Resultado Primário de - R\$ 1,7 milhões fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 não tenha sido atingido, as receitas primárias foram capazes de superar as despesas primárias municipais.

Com receitas primárias de R\$ 24,1 milhões e despesas primárias de R\$ 22,9 milhões, ficou comprovado que os gastos do governo municipal, como um todo, foram compatíveis com sua arrecadação.

Aprofundando a análise, pelo lado das receitas primárias, o município obteve os seguintes resultados em relação a meta.

Com receitas primárias de R\$ 24,1 milhões e despesas primárias de R\$ 22,9 milhões, ficou comprovado que os gastos do governo municipal, como um todo, foram compatíveis com sua arrecadação.

QUADRO 11 - RECEITAS PRIMÁRIAS 2014 (META X ARRECADAÇÃO)

DESCRIÇÃO	2014		DESVIO (R\$)	DESVIO (%)
	META	ARRECADAÇÃO		
RECEITAS CORRENTES (I)	28.489.056,0	24.226.810,8	-4.262.245,2	-15%
Receita Tributária	2.254.182,0	1.368.787,3	885.394,7	-39%
Receita de Contribuição	2.792.454,0	2.361.766,9	430.687,1	-15%
Receita Patrimonial	2.292.478,0	1.094.840,5	1.197.637,5	-52%
Receita de Serviços	111.651,0	148.155,3	36.504,3	33%
Transferências Correntes	20.504.448,0	18.527.157,1	1.977.290,9	-10%
Outras Receitas Correntes	533.843,0	726.103,7	192.260,7	36%
RECEITA DE CAPITAL (II)	1.201.929,0	1.434.766,5	232.837,5	19%
Operações de Crédito		322.929,3	322.929,3	1
Alienação de Bens	50.000,0	76.900,0	26.900,0	54%
Amortização de Empréstimos	6.970,0	16.655,0	9.685,0	139%
Transferências de Capital	1.144.959,0	986.195,0	158.764,0	-14%
Outras Receitas de Capital		32.087,2	32.087,2	1
RECEITA TOTAL (III) = (I) + (II)	29.690.985,0	25.661.577,3	-4.029.407,7	-14%
RECEITAS FINANCEIRAS (IV)	2.344.601,0	1.503.463,9	- 841.137,1	-36%
Receitas de Valores Mobiliários	2.287.631,0	1.086.979,6	1.200.651,4	-52%
Juros de empréstimos		-	-	1
Operações de crédito		322.929,3	322.929,3	1
Alienação de Bens	50.000,0	76.900,0	26.900,0	54%
Amortização de Empréstimos	6.970,0	16.655,0	9.685,0	139%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (V)=(III)-(IV)	27.346.384,0	24.158.113,4	- 3.188.270,6	-12%



O desvio da meta de Resultado Primário ocorreu, pois as receitas primárias arrecadadas apresentaram um déficit de 12% em relação a meta da LDO/2014.

Conforme se observa no quadro acima, o excesso de arrecadação de 33% (R\$ 36 mil) nas receitas de serviços e de 36% (R\$ 192 mil) em Outras Receitas Correntes, não foi capaz de absorver o desempenho abaixo do esperado das receitas tributárias e das transferências correntes, cujas frustrações em relação a meta atingiram 39% (R\$ 885 mil) e 10% (R\$ 1,97 milhões), respectivamente.

Pelo lado das Despesa Primárias, a análise pormenorizada demonstra os seguintes resultados em relação a meta.

QUADRO 12 - DESPESAS PRIMÁRIAS 2014 (META X EXECUÇÃO)

DESCRIÇÃO	META 2014	2014 EMPENHADO	DESVIO (R\$)	DESVIO (%)
DESPESAS CORRENTES (VII)	23.673.576,00	21.591.306,82	- 2.082.269,18	-9%
Pessoal e Encargos Sociais	14.654.683,00	13.555.585,08	1.099.097,92	-7%
Juros e Serviço da Dívida	200.625,00	166.519,10	34.105,90	-17%
Outras Despesas Correntes	8.818.268,00	7.869.202,64	949.065,36	-11%
DESPESAS DE CAPITAL (VIII)	2.350.803,00	1.911.056,85	- 439.746,15	-19%
Investimentos	1.909.035,00	1.483.214,02	425.820,98	-22%
Inversões Financeiras	21.932,00	9.600,00	12.332,00	-56%
Amortização da Dívida	419.836,00	418.242,83	1.593,17	0%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (IX)	3.666.606,00	-	- 3.666.606,00	-100%
DESPESA TOTAL (X)	29.690.985,00	23.502.363,67	6.188.621,33	-21%
DESPESAS FINANCEIRAS (XI)	642.393,00	594.361,93	48.031,07	-7%
Juros e Encargos da Dívida	200.625,00	166.519,10	34.105,90	-17%
Concessão de Empréstimos	21.932,00	9.600,00	12.332,00	-56%
Aquisição de títulos de capital	-	-	-	-
Amortização da Dívida	419.836,00	418.242,83	1.593,17	0%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XII)=(X)-(XI)	29.048.592,00	22.908.001,74	- 6.140.590,26	-21%

A arrecadação abaixo do esperado das receitas municipais obrigou o governo municipal a reduzir suas despesas fixadas para se adaptar a sua real arrecadação.

Neste cenário, da meta inicial de despesa primárias de R\$ 25,3 milhões (R\$ 29 milhões de Despesa Primária - R\$ 3,7 milhões da reserva de contingência) foram empenhados apenas R\$ 22,9 milhões, o que representa uma economia forçada de R\$ 2,5 milhões (9,75%) em relação a meta inicial de gastos.

Por conta disso, ocorreu economia, principalmente, em gastos com pessoal em relação aos valores orçados no montante de R\$ 1,09 milhões (7%) e em Outras Despesas Correntes na quantia de R\$ 949 mil (11%). Como só foi utilizado 14,4% (R\$ 526 mil) da Reserva de Contingência, por consequência, houve economia de R\$ 3,1 milhões da reserva, influenciando na redução das despesas primárias.

Da meta inicial de despesa primárias de R\$ 25,3 milhões (R\$ 29 milhões de Despesa Primária - R\$ 3,7 milhões da reserva de contingência) foram empenhados apenas R\$ 22,9 milhões, o que representa uma economia forçada de R\$ 2,5 milhões (9,75%) em relação a meta inicial de gastos.



RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal de - R\$ 107.571,00 fixado na LDO de 2014 não foi atingido, principalmente em razão da variação de 99% e 68% no saldo estimado da Dívida Consolidada e das Disponibilidades Financeiras Líquidas, respectivamente, impactando na Dívida Fiscal Líquida.

No quadro abaixo é possível analisar a variação do Resultado Nominal de 2014 em relação a meta.

QUADRO 13 - RESULTADO NOMINAL 2014

DESCRIÇÃO	Em 31/12/2013 (A)	Em 31/12/2014 (B)	META LDO 2014 (C)	Varição Absoluta (C) - (B)	Varição % (B) / (A)
DÍVIDA CONSOLIDADA	1.795.015,8	1.865.552,3	939.157,5	926.394,8	99%
DISPONIB. FINANC. LÍQUIDAS	2.327.093,7	2.765.060,0	1.642.156,1	1.122.903,9	68%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-532.077,9	-899.507,8	-702.998,6	-196.509,2	28%
PASSIVOS RECONHECIDOS	411.395,2	640.006,9	-	640.006,9	-----
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	-943.473,0	-1.539.514,7	-702.998,6	-836.516,1	119%
RESULTADO NOMINAL	-251.048,0	-596.041,6	-107.571,0	-488.470,6	454%

O resultado nominal de - R\$ 596.041,60, por ser negativo, representa um superávit, ou seja, significa que a Dívida Fiscal Líquida do Município em 2014 (- R\$ 1.539.514,70) é 63% menor que a Dívida Fiscal Líquida de 2013 (- R\$ 943.473,00).

O resultado nominal de - R\$ 596.041,60, por ser negativo, representa um superávit, ou seja, significa que a Dívida Fiscal Líquida do Município em 2014 (- R\$ 1.539.514,70) é 63% menor que a Dívida Fiscal Líquida de 2013 (- R\$ 943.473,00).

A Dívida Fiscal Líquida negativa significa que as Disponibilidades Financeiras Líquidas somadas aos Passivos Reconhecidos são R\$ 1.539.514,70 maiores que a atual Dívida Consolidada.



DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE (ASPS)

Os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde atingiram o montante de R\$ 2,5 milhões, o que corresponde a 17,74% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais de R\$ 14,6 milhões, apresentando um aumento de 5% nos gastos com ASPS em relação ao ano anterior.

Com tal índice observa-se o atingimento do mínimo de 15% estabelecido na E.C. nº 29 de 13 de Setembro de 200 e na Lei Complementar nº 141 de 03 de janeiro de 2012

A diferença entra a aplicação mínima e a aplicação executada foi de R\$ 362 mil em 2013 e de R\$ 400 mil em 2014, logo, em 2014 ocorreu um aumento de 10% no comparativo com 2013, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 14 - DESPESAS COM ASPS (2012 - 2014)

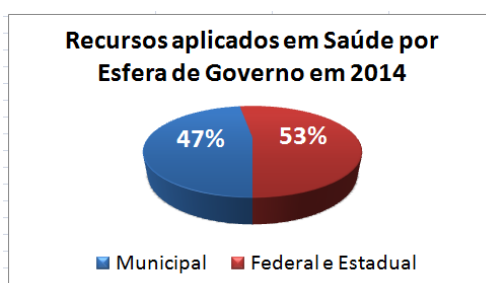
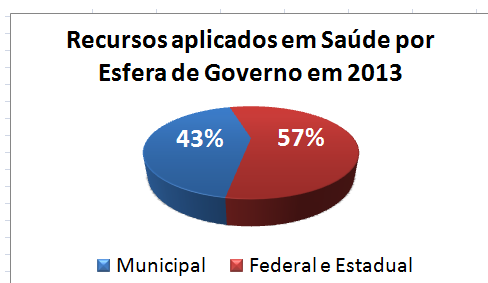
Descrição	2012	2013	2014	Variação 2013 - 2014			
	Execução	Execução	Execução	Nominal	%	Real	%
Receita Transf. e Impostos	12.537.026,81	14.014.765,52	14.650.937,43	636.171,91	5%	-246.381,51	-2%
Despesa obrigatória (15%)	1.880.554,02	2.102.214,83	2.197.640,61	95.425,79	5%	- 36.957,23	-2%
Despesa realizada	2.282.333,68	2.464.887,52	2.598.534,39	133.646,87	6%	- 22.885,46	-1%
Índice apurado	18,20%	17,59%	17,74%	0,00	1%	- 0,01	-5%
Excedente	401.779,66	362.672,69	400.893,78	38.221,08	10%	14.071,76	4%

A diferença entra a aplicação mínima e a aplicação executada foi de R\$ 362 mil em 2013 e de R\$ 400 mil em 2014, logo, em 2014 ocorreu um aumento de 10% no comparativo com 2013

O total das despesas com saúde englobando além dos recursos próprios também aqueles oriundos de transferências voluntárias da União e do Estado, que não entram no cálculo do limite constitucional, atingiram o montante de R\$ 5,4 milhões, com uma queda de 4,73% (R\$ 272 mil) em relação ao ano de 2013. Tais despesas tiveram a seguinte composição:

GRÁFICO 24 - FINANC. SAÚDE POR ESFERA (2013)

GRÁFICO 23 - FINANC. SAÚDE POR ESFERA (2014)



Do total aplicado em saúde em 2013, 43% foi oriundo dos cofres municipais (ASPS) enquanto que 57% de transferências de recursos do SUS (Estadual e Federal). Com queda de R\$ 221 mil (8%) nos repasses do SUS, o governo municipal aumento sua participação de 43% para 47%.



DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (MDE)

Para atender os 800 alunos matriculados na rede municipal de ensino em 2014, o município de Porto Xavier contou com 102 professores distribuídos nas 2 (duas) escolas de Educação Infantil e nas 6 (seis) de Ensino Fundamental localizadas na zona urbana e rural do município.

Dos gastos com MDE, fonte de recursos 020, 29%(R\$ 376 mil) foram consumidos pelo seguintes programas de governo: Gestão da Educação com 29%(R\$ 377 mil), Manutenção e Desenvolvimento da Educação com 8% (R\$ 99 mil), Transporte Escolar com 63% (R\$ 813 mil), e com 0,03% (R\$ 350) o programa Acesso a Informação, Informática e Tecnologia, conforme se observa no quadro abaixo:

QUADRO 15 - GASTOS COM MDE (2014)

DESCRIÇÃO	EMPENHADO 2014	AV (%)
TOTAL PROGRAMAS DO MDE (FONTE 020)	1.290.047,94	100%
12 - Gestão da Educação	376.809,59	29%
13 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	99.535,35	8%
16 - Transporte Escolar	813.353,00	63%
19 - Acesso a Informação, Informática e Tecnologia	350,00	0,03%

Por sua vez, os gastos do FUNDEB, fonte de recursos 031, foram distribuídos nos seguintes programas de governo: Gestão da Educação com 0,11% (R\$ 3,8 mil), Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com 97,65% (R\$ 3,2 milhões), Acesso a Informação, Informática e Tecnologia com 0,47% (R\$ 15,4 mil), e ainda 1,77% (R\$ 58 mil) na operação especial 0001 Amortização da Dívida Pública, conforme se observa no quadro abaixo:

QUADRO 16 - GASTOS DO FUNDEB (2014)

DESCRIÇÃO	EMPENHADO 2014	AV (%)
TOTAL PROGRAMAS DO FUNDEB (FONTE 031)	3.258.429,33	98,23%
12 - Gestão da Educação	3.801,00	0,11%
13 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	3.239.202,59	97,65%
19 - Acesso a Informação, Informática e Tecnologia	15.425,74	0,47%
TOTAL OPERAÇÕES ESPECIAIS (FONTE 031)	58.579,74	1,77%
0001 - Amortização da Dívida Pública	58.579,74	1,77%
TOTAL GERAL DO FUNDEB	3.317.009,07	100%

Os gastos do FUNDEB foram distribuídos nos seguintes programas de governo: Gestão da Educação com 0,11% (R\$ 3,8 mil), Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com 97,65% (R\$ 3,2 milhões), Acesso a Informação, Informática e Tecnologia com 0,47% (R\$ 15,4 mil), e ainda 1,77% (R\$ 58 mil) na operação especial 0001 Amortização da Dívida Pública.



As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em 2014 totalizaram R\$ 4,6 milhões, entretanto para o cálculo do mínimo constitucional, deste valor foram deduzidos R\$ 711.477,36.

Das deduções, R\$ 678.319,00 correspondem ao Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (PLUS), R\$ 17.547,36 referem-se a rendimentos de aplicações financeiras de recursos do FUNDEB e 15.611,00 concernentes a despesas custeadas com o superávit financeiro do exercício de 2013

Realizadas as deduções determinadas pela legislação vigente, o município aplicou em MDE R\$ 3.895.579,65, o que corresponde a 25,96% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais.

Observa-se com isso que o Município atendeu o limite mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal para gastos com MDE. A diferença entra a aplicação mínima e a aplicação executada foi de R\$ 143.477,63.

No quadro abaixo pode ser observada a evolução das Despesas com MDE de 2012 a 2014:

QUADRO 17 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM MDE (2012 - 2014)

Descrição	2012	2013	2014
	Execução	Execução	Execução
Receita Transf. e Impostos	12.843.476,38	14.347.324,50	15.008.408,08
Despesa obrigatória (25%)	3.210.869,10	3.586.831,13	3.752.102,02
Gastos constitucionais	3.318.809,32	3.642.324,29	3.895.579,65
Índice apurado	25,84%	25,39%	25,96%
Excedente	107.940,23	55.493,17	143.477,63

O total das despesas com educação englobando além dos recursos próprios (MDE/FUNDEB) também aqueles oriundos de transferências voluntárias da União e do Estado, que não entram no cálculo do limite constitucional, atingiram o montante de R\$ 6,37 milhões, tal valor é 5,28% (R\$ 319 mil) superior no comparativo com os R\$ 6,05 milhões apurados em 2013.

O dispêndio por aluno de 2014 foi o maior do último triênio(2012 - 2014), com uma aplicação de R\$ 7,9 mil por aluno, ocorreu um aumento de 9,49% no comparativo com 2013 e de 41,70% no comparativo com 2012.

Em 2013 e 2014, o financiamento de tais despesas por esfera apresentou a seguinte composição:

GRÁFICO 25- EDUCAÇÃO FINANC. POR ESFERA (2013)

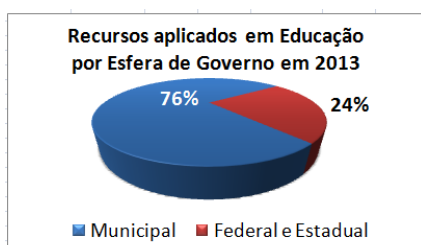
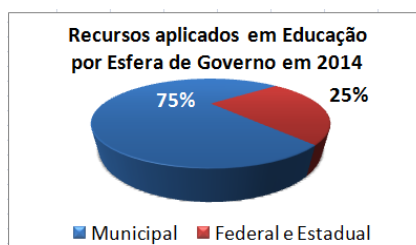


GRÁFICO 26 - EDUCAÇÃO FINANC. POR ESFERA (2014)



O dispêndio por aluno de 2014 foi o maior do último triênio(2012 - 2014), com uma aplicação de R\$ 7,9 mil por aluno, ocorreu um aumento de 9,49% no comparativo com 2013 e de 41,70% no comparativo com 2012.



Do total aplicado em educação em 2014, 75% foi oriundo dos cofres municipais (MDE, FUNDEB e Livre) e 25% de transferências voluntárias da União e do Estado, no comparativo com 2013 ocorreu uma leve variação de 1% na participação.

As transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB) guardam relação com o número de alunos matriculados no último censo escolar.

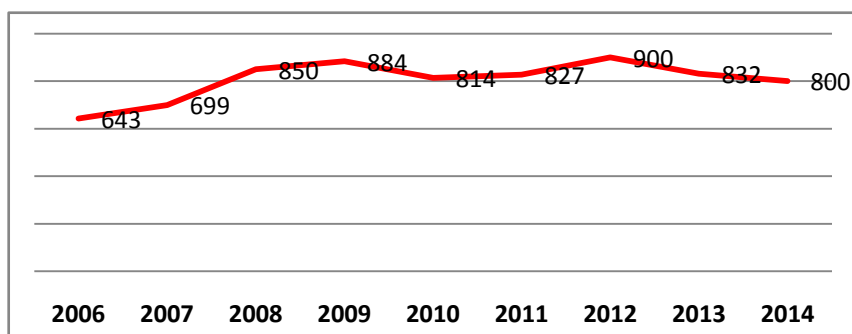
Em 2013 o município atingiu 832 matrículas na educação básica conforme o censo escolar realizado. Já em 2012, o censo escolar apurou 900 matrículas.

Como o censo de 2012 serviu de parâmetro para distribuição de recursos do FUNDEB em 2013 e o censo de 2013 para a distribuição de 2014, a queda de 8% (68 alunos) nas matrículas de 2013 impactou no coeficiente de distribuição de recursos do FUNDEB para 2014.

Com o novo coeficiente de distribuição, em 2014, o FUNDEB apresentou um crescimento de apenas 1% (R\$ 21,2 mil) em relação a arrecadação de 2013. No gráfico abaixo é possível observar a quantidade de matrículas registradas no período de 2006 a 2014.

Do total aplicado em educação em 2014, 75% foi oriundo dos cofres municipais (MDE, FUNDEB e Livre) e 25% de transferências voluntárias da União e do Estado, no comparativo com 2013 ocorreu uma leve variação de 1% na participação.

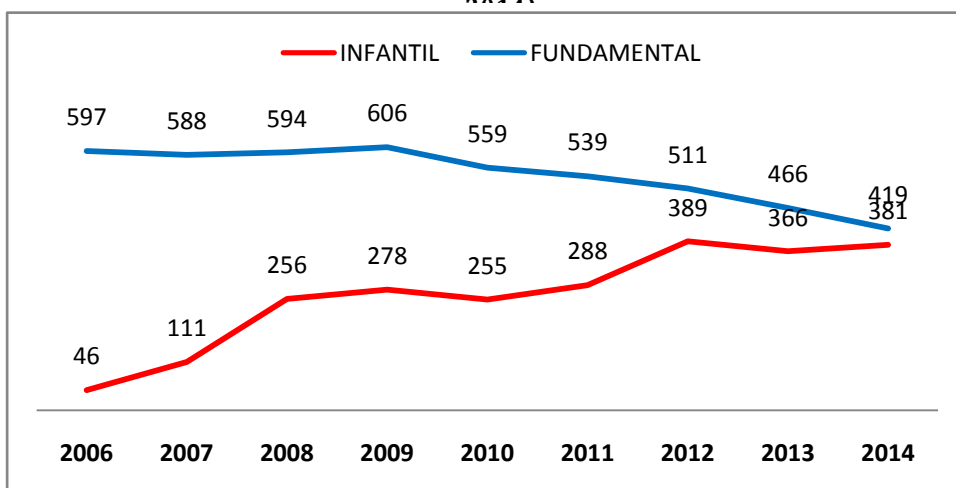
GRÁFICO 27 - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS (2006 -



As matrículas de alunos de 2013 superaram aquelas registradas nos anos de 2006, 2007, 2010 e 2011 e 2014, entretanto, foram inferiores as realizadas em 2008, 2009 e 2012.

Nos últimos anos percebe-se um incremento nas matrículas da educação infantil, ao mesmo tempo, em que ocorre uma redução nas matrículas do ensino fundamental, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

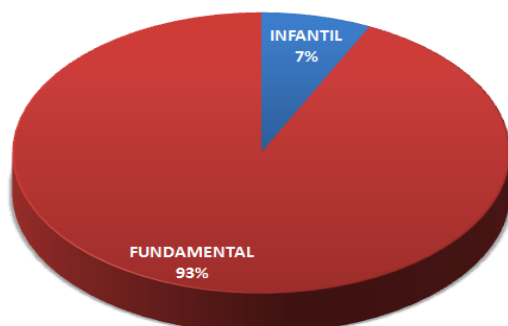
GRÁFICO 28 - MATRÍCULAS EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL (2006 -





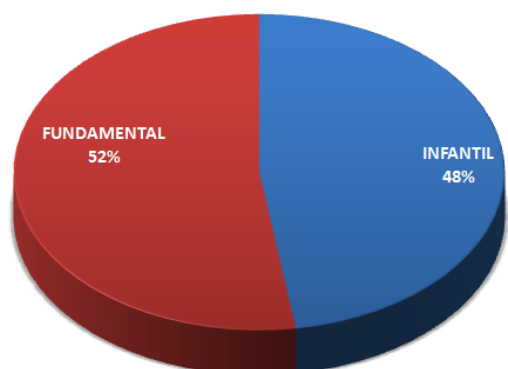
Como se observa no gráfico acima em 2006 existiam 46 matrículas na educação infantil contra 597 no ensino fundamental, ou seja, 7% dos alunos matriculados freqüentavam a educação infantil e 93% o ensino fundamental, gerando o perfil de matrículas observado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 29 - PERFIL DAS MATRÍCULAS (2006)



Após 8 anos, ou seja, em 2014, percebe-se um novo perfil dos alunos municipais, no qual, os alunos matriculados na educação infantil representam 48% dos totais, enquanto que os alunos do ensino fundamental apresentam participação de 52%.

GRÁFICO 30 - PERFIL DAS MATRÍCULAS (2014)



Neste contexto, percebe-se uma queda de 30% (de 597 para 419) nos alunos do ensino fundamental, contra um aumento de 728% (de 46 para 381) nos alunos da educação infantil, no período de 2006 a 2014.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município gastou, até o final do 3º quadrimestre de 2014, o montante de R\$ 2,5 milhões, o que correspondeu a 76,96% dos recursos do referido fundo, atendendo em 2014 o dispositivo legal citado acima.

Percebe-se uma queda de 30% (de 597 para 419) nos alunos do ensino fundamental, contra um aumento de 728% (de 46 para 381) nos alunos da educação infantil, no período de 2006 a 2014.



RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar são os valores empenhados e não pagos até o término de cada ano.

Tais restos dividem-se em restos processados e restos não processados.

Os restos a pagar são considerados processados quando os fornecedores já entregaram o material/obra/serviço e, por conta disso, encontram-se aptos para pagamento.

Por sua vez, os restos a pagar não processados são aqueles cujos fornecedores ainda não entregaram o material/obra/serviço e, por consequência, não satisfazem os requisitos legais para pagamento.

RESTOS A PAGAR EXERCÍCIO DE 2013 E ANTERIORES

Do saldo de R\$ 2,2 milhões em restos a pagar existente em 31 de Dezembro de 2013, 56% (R\$ 1,2 milhões) eram restos processados e 46% (R\$ 961 mil) não processados.

No quadro abaixo pode ser verificado o saldo dos restos a pagar em 2013, suas liquidações, pagamentos e cancelamentos em 2014, e ainda, seu saldo em 31 de Dezembro de 2014, conforme segue:

QUADRO 18 - RESTOS A PAGAR DE 2013 E ANOS ANTERIORES

	Saldo		Movimentação em 2014			Saldo	
	31/12/2013	AV(%)	Liquidados	Pagos	Cancelados	31/12/2014	AV(%)
Processados	1.242.854,81	56%	R\$ -	R\$ 1.139.751,70	R\$ 4.541,12	98.561,99	19%
Não Processados	961.513,29	44%	R\$ 538.866,67	R\$ 538.866,67	R\$ 13.325,84	409.320,78	81%
TOTAL	2.204.368,10	100%	R\$ 538.866,67	R\$ 1.678.618,37	R\$ 17.866,96	507.882,77	100%

Conforme se observa acima, dos R\$ 2,2 milhões de restos a pagar de 2013, R\$ 1,7 milhões (76%) foram pagos e R\$ 17.866,96 (0,81%) foram cancelados no ano de 2014, restando ainda, um saldo de R\$ 508 mil (23%).

RESTOS A PAGAR EXERCÍCIO DE 2014

Os restos a pagar atingiram o montante de R\$ 1,4 milhões no ano de 2014, valor 32% menor ao apurado em 2013 no montante de R\$ 2,2 milhões.

Segregando tais restos a pagar, R\$ 533 mil (36%) são processados e R\$ 953 mil (64%) não processados.

Dos R\$ 2,2 milhões de restos a pagar de 2013, R\$ 1,7 milhões (76%) foram pagos e R\$ 17.866,96 (0,81%) foram cancelados no ano de 2014, restando ainda, um saldo de R\$ 508 mil (23%).



Desse total, a insuficiência financeira atingiu R\$ 23,9 mil o que representou 2% do saldo dos restos a pagar de 2014 (R\$ 1,4 milhões), como pode ser observado no quadro abaixo.

QUADRO 19 - SALDO DOS RESTOS EM 31/12/2014

RESTOS A PAGAR	Saldo	
	31/12/2014	AV(%)
Processados	533.016,03	36%
Não Processados	954.273,77	64%
Total	1.487.289,80	100%
Insuficiência Financeira	23.998,30	2%

No comparativo com 2013 os restos a pagar com insuficiência financeira apresentaram uma queda de 73% (R\$ 64 mil).

Embora em 2013 a insuficiência financeira tenha sido maior, cumpre ressaltar que em 2014 o Poder Executivo Municipal parcelou contribuições previdenciárias devidas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no valor de R\$ 342 mil, fato que não aconteceu em 2013.

Do ponto de vista gerencial, uma análise mais justa no comparativo com 2013 exige que tais valores sejam incluídos no cômputo, o que elevaria a insuficiência financeira de 2014 dos R\$ 23,9 mil para R\$ 365 mil (R\$ 23,9 insuficiência inicial + R\$ 342 mil do 4º Parcelamento com o RPPS).

Nesse novo cenário, em relação ao ano de 2013 a insuficiência financeira de 2014 seria 312% maior.

A insuficiência financeira atingiu R\$ 23,9 mil o que representou 2% do saldo dos restos a pagar de 2014 (R\$ 1,4 milhões).



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E DESPESAS COM PESSOAL

A Receita Corrente Líquida (RCL) serve como referencial monetário para apuração de diversos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

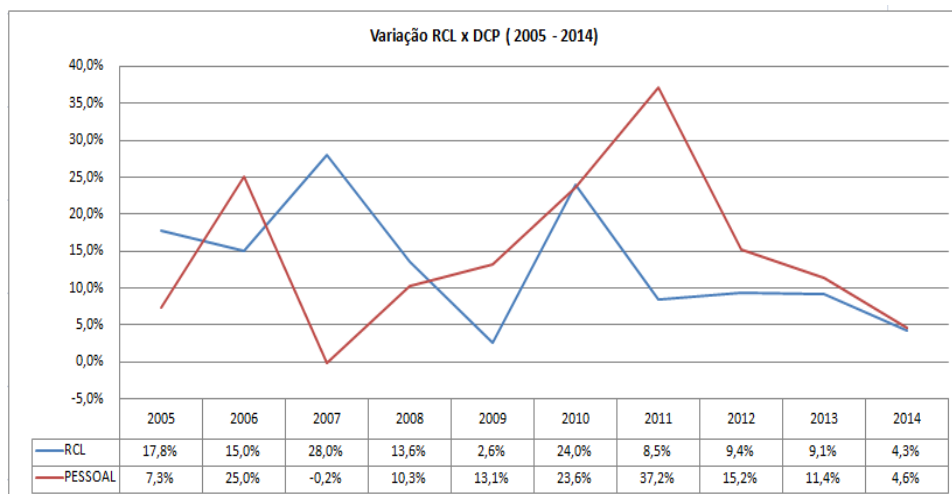
Por outro lado, como as despesas com pessoal (DCP) são responsáveis pelos maiores desembolsos realizados pelo município, e foram limitadas pela LRF, a seguir será demonstrada a evolução das DCP e da RCL.

A RCL apresentou uma arrecadação de R\$ 20,6 milhões em 2014, apresentando um modesto crescimento de 4,32% (R\$ 852 mil) em relação aos R\$ 19,7 milhões arrecadados em 2013.

Por sua vez, as despesas com pessoal (DCP) atingiram R\$ 10,3 milhões em 2014, apresentando um crescimento de 4,55% (R\$ 449 mil) contra os R\$ 9,9 milhões de 2013.

No gráfico abaixo é possível visualizar a evolução (%) da RCL e das DCP no período de 2005 a 2014.

GRÁFICO 31 - CRESCIMENTO/DECRÉSCIMO DA RCL E DCP (2005 - 2014)



Como se observa no gráfico acima, o modesto crescimento de 4,3% da RCL em 2014 foi um dos menores da última década, ficando atrás apenas do irrisório crescimento de 2,6% experimentado em 2009. Além disso, causou uma ruptura no crescimento acima de 8,5% que ocorreu nos últimos 3 anos (2011 - 2013).

Para amenizar o péssimo crescimento da RCL, com crescimento de 4,6% as Despesas com Pessoal (DCP) apresentaram o menor crescimento dos últimos 10(dez) anos, desconsiderando a queda de 0,2% em 2007. Causando um rompimento no crescimento acima de 10% experimento nos últimos 6 anos (2008 - 2013).

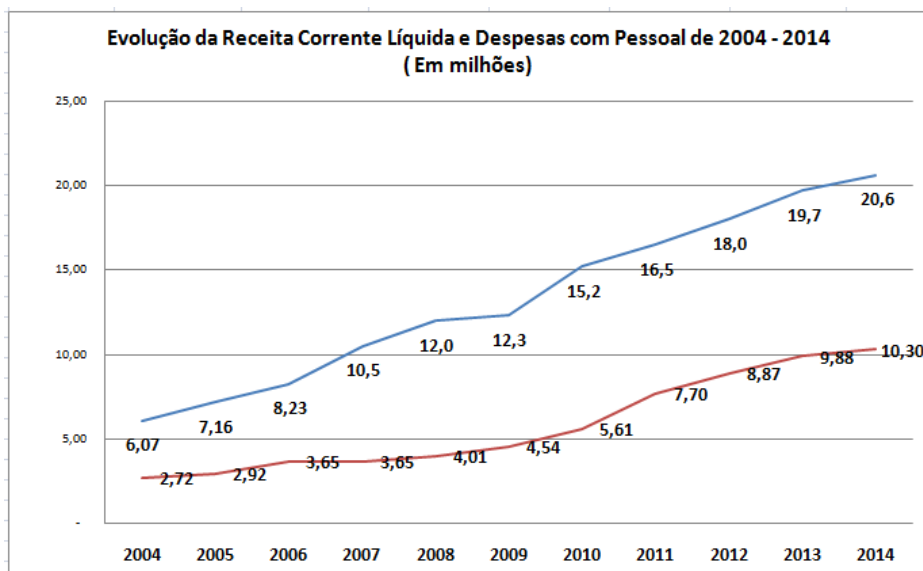
O modesto crescimento de 4,3% da RCL em 2014 foi um dos menores da última década, ficando atrás apenas do irrisório crescimento de 2,6% experimentado em 2009. Além disso, causou uma ruptura no crescimento acima de 8,5% que ocorreu nos últimos 3 anos (2011 - 2013).



Cabe destacar que se alguns Secretários Municipais não tivessem solicitado afastamento das funções para compensar o déficit de arrecadação em relação a meta do orçamento de 2014, o crescimento nos gastos com pessoal seria maior.

No gráfico abaixo é possível visualizar a arrecadação da RCL e também os valores despendidos em Despesas com pessoal de 2004 a 2014.

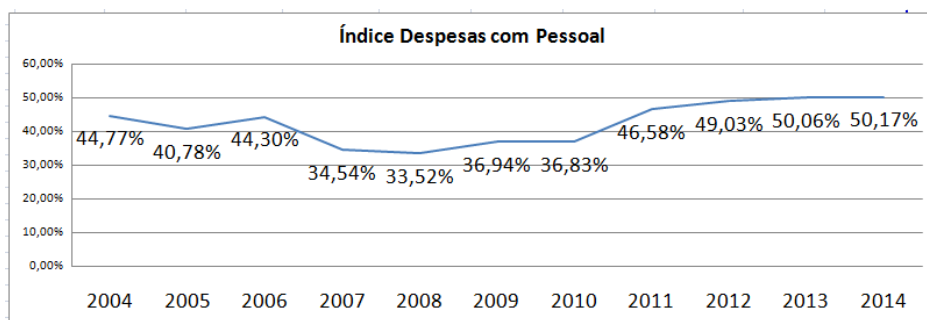
GRÁFICO 32 - RCL E DCP (2004 - 2014)



Com índice de despesas com pessoal de 50,17% sobre a Receita Corrente Líquida, o índice de pessoal de 2014 foi o maior nos últimos 11 anos.

No gráfico abaixo é possível visualizar evolução do índice de gastos com pessoal nos últimos 11 anos.

GRÁFICO 33 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DCP (2004 - 2014)



Com índice de despesas com pessoal de 50,17% sobre a Receita Corrente Líquida, o índice de pessoal de 2014 foi o maior nos últimos 11 anos.



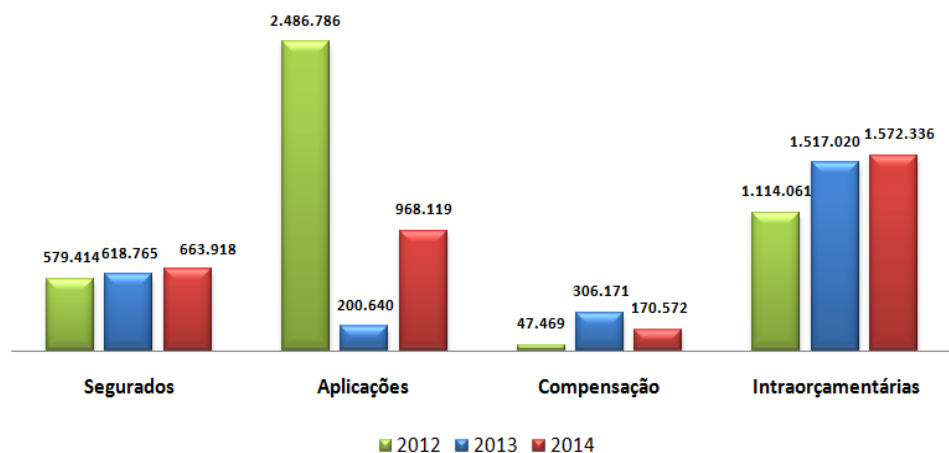
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

Conforme a Lei Municipal nº 754/1991, o município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos seus servidores públicos municipais

No ano de 2014, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 3,37 milhões, apresentando um crescimento de 28% (R\$ 732 mil) em relação aos R\$ 2,64 milhões arrecadados em 2013. Entretanto, no comparativo com a meta da LOA para 2014, a arrecadação apresentou um déficit de 31% (R\$ 1,5 milhões).

No gráfico abaixo é possível visualizar a evolução das receitas previdenciárias do ano de 2012 até o ano de 2014.

GRÁFICO 34 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (2012 - 2014)



No ano de 2014, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 3,37 milhões, apresentando um crescimento de 28% (R\$ 732 mil) em relação aos R\$ 2,64 milhões arrecadados em 2013. Entretanto, no comparativo com a meta da LOA para 2014, a arrecadação apresentou um déficit de 31% (R\$ 1,5 milhões).

Como se observa no gráfico acima, as receitas de contribuições dos segurados apresentaram leve crescimento, saindo de R\$ 579 mil em 2012 e atingindo R\$ 663 mil em 2014, obtendo no triênio um crescimento de apenas 15% (R\$ 84.504,20).

Embora no comparativo com 2013 as receitas patrimoniais arrecadadas em 2014 (R\$ 968 mil) tenham apresentando um expressivo crescimento de 383% (R\$ 767 mil), mesmo assim, não conseguiram repetir o excelente desempenho de 2012 cujas aplicações financeiras renderam ao RPPS o montante de R\$ 2,4 milhões.

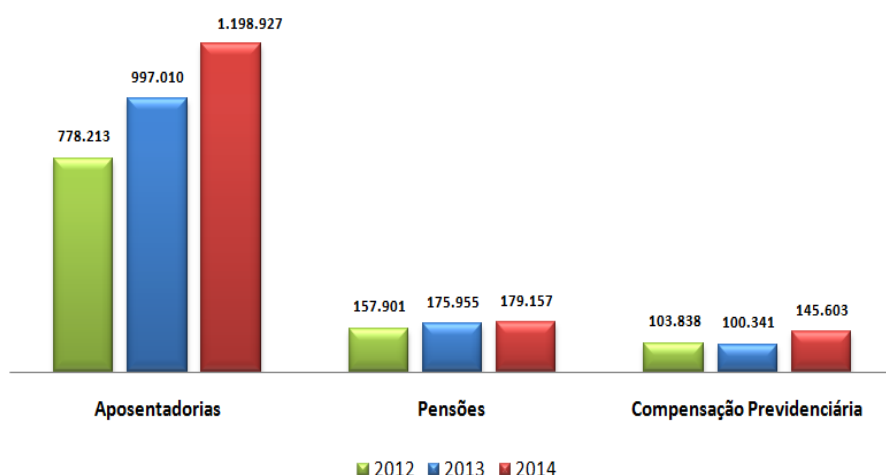
O modesto crescimento de 4% (R\$ 55 mil) nas receitas intraorçamentárias no comparativo com 2013, ocorreu por conta da inadimplência do Poder Executivo em repassar ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) as contribuições para amortização do Passivo Atuarial, competências agosto, setembro, outubro e novembro de 2014, realizando o parcelamento das mesmas, postergando assim, o ingresso de R\$ 342.385,92 nos cofres do RPPS.



Por sua vez, as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, alcançaram o montante de R\$ 1,54 milhões, apresentando um crescimento de 20% (R\$ 262 mil) no comparativo com 2013.

No gráfico abaixo é possível visualizar a evolução das principais despesas previdenciárias do ano de 2012 até o ano de 2014.

GRÁFICO 35 - EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (2012 - 2014)



As despesas com aposentadorias em 2014 (R\$ 1,1 milhões) apresentaram um crescimento de 20% (R\$ 201 mil) no comparativo com 2013 quando atingiram R\$ 997 mil, índice inferior ao de 28% (R\$ 219 mil) experimentado de 2012 para 2013.

As pensões apresentaram leve aumento de 2013 para 2014, passando de R\$ 175 mil para R\$ 179 mil.

Em 2014, no confronto entre receitas (R\$ 3,3 milhões) e despesas previdenciárias (R\$ 1,5 milhões), o RPPS de Porto Xavier obteve um resultado previdenciário positivo de R\$1,8 milhões.

Tal resultado, embora tenha superado o resultado de 2013 (R\$ 1,5 milhões), ficou abaixo do excelente resultado de 2012 que atingiu R\$ 3 milhões.

As disponibilidades financeiras do RPPS ao final de 2014 atingiram o montante de R\$ 17,3 milhões, contra os R\$ 14,4 milhões apurados no término do exercício de 2013, obtendo um crescimento de R\$ 2,9 milhões (20%).

As despesas com aposentadorias em 2014 (R\$ 1,1 milhões) apresentaram um crescimento de 20% (R\$ 201 mil) no comparativo com 2013 quando atingiram R\$ 997 mil, índice inferior ao de 28% (R\$ 219 mil) experimentado de 2012 para 2013.



PARECER FINAL

A arrecadação municipal em 2014 apresentou um crescimento irrisório de apenas 2% (R\$ 503 mil) no comparativo com 2013. Tal desempenho foi pior do que no anterior em que as receitas apresentaram crescimento de 5% (R\$ 1,2 milhões) no comparativo com 2012

Em relação a meta orçamentária de 2014, as receitas totais apresentaram um déficit de 14%, influenciadas pela frustração na arrecadação das receitas correntes em R\$ 4,2 milhões (15%), demonstrando assim o não cumprimento das metas fiscais de receitas.

As despesas municipais em 2014 atingiram o valor de R\$ 23,5 milhões, sendo este montante superior aos R\$ 22,7 milhões gastos em 2013, demonstrando um crescimento nominal de 3,51% ou uma queda de 3% caso os efeitos inflacionários sejam computados.

As despesas totais executadas apresentaram um déficit de 21% em relação a meta, influenciadas pela economia forçada de R\$ 2 milhões (9%) em Despesas Correntes, combinado com a redução de 19% (R\$ 439 mil) nas Despesas de Capital e pela economia de R\$ 3,1 milhões da Reserva de Contingência (86%).

Neste cenário, as despesas municipais apresentaram uma economia de 21% em relação a dotação fixada na LOA, como resposta ao déficit apresentado na receita, e por conseqüência, não alcançaram a meta.

O Resultado Primário de R\$ 1,25 milhões não atingiu a meta da LDO de - R\$ 1,72 milhões. Com Resultado Nominal de - R\$ 596 mil a meta da LDO de - R\$ 107.571 também não foi atingida.

Os gastos com saúde realizados através do Fundo Municipal de Saúde atingiram o montante de R\$ 2,5 milhões, o que corresponde a 17,74% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, demonstrando assim o cumprimento dos limite mínimo de 15% estabelecidos na legislação.

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, totalizaram R\$ 4,6 milhões, o que corresponde a 25,96% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, demonstrando o atingimento do limite constitucional de 25%.

A RCL apresentou uma arrecadação de R\$ 20,6 milhões em 2014, apresentando um modesto crescimento de 4,32% (R\$ 852 mil) em relação aos R\$ 19,7 milhões arrecadados em 2013.

Por sua vez, as despesas com pessoal (DCP) atingiram R\$ 10,3 milhões em 2014, apresentando um crescimento de 4,55% (R\$ 449 mil) contra os R\$ 9,9 milhões de 2013. Com índice de despesas com pessoal de 50,17% sobre a Receita Corrente Líquida, o índice de pessoal de 2014 foi o maior nos últimos 11 anos, embora não tenha ultrapassado o limite máximo de 54%.

Os restos a pagar atingiram o montante de R\$ 1,4 milhões no ano de 2014, valor 32% menor ao apurado em 2013 no montante de R\$ 2,2 milhões, apresentando insuficiência financeira de R\$ 23,9 mil no recurso livre/próprio.

O resultado previdenciário de 2014 atingiu R\$ 1,8 milhões.